

PABLO ORNELAS ROSA
AKNATON TOCZEK SOUZA
GIOVANE MATHEUS CAMARGO

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA



COLEÇÃO FRONTEIRAS DA TEORIA

EDITORA MILFONTES

**CONSIDERAÇÕES SOBRE
A ESCOLA AUSTRIACA DE
ECONOMIA**



Copyright © 2020, Aknaton Toczec Souza, Giovane Matheus
Camargo e Pablo Ornelas Rosa.

Copyright © 2020, Editora Milfontes.

Av. Adalberto Simão Nader, 1065/ 302, República, Vitória, ES.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

Distribuição nacional em: www.amazon.com.br

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Bruno César Nascimento

Coordenadora da Coleção Fronteiras da Teoria

Prof.^a Dr.^a Luisa Rauter Pereira (UFOP)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU)

Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP)

Prof. Dr. Arthur Lima de Avila (UFRGS)

Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG)

Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS)

Prof. Dr. Eurico J. Gomes Dias (Universidade do Porto)

Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)

Prof.^a. Dr.^a. Helena Miranda Mollo (UFOP)

Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES)

Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES)

Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS)

Prof.^a. Dr.^a. Karina Anhezini (UNESP - Franca)

Prof.^a. Dr.^a. Maria Beatriz Nader (UFES)

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP)

Prof.^a. Dr.^a. Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR)

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UERJ)

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo (UFOP)

Prof.^a. Dr.^a Verónica Tozzi (Univerdidad de Buenos Aires)

AKNATON TOCZEK SOUZA
GIOVANE MATHEUS CAMARGO
PABLO ORNELAS ROSA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE
A ESCOLA AUSTRIACA DE
ECONOMIA**

*Coleção Fronteiras da Teoria
Volume II*



EDITORA MILFONTES
Vitória, 2020.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa

Imagem da capa:

Autor: *não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*

Disponível em canva.com

Bruno César Nascimento - *Aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Lucas Bispo Fiorezi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S594t Souza, Aknaton Toczec, Camargo, Giovane Matheus, Rosa, Pablo Ornelas.
Considerações sobre a Escola Austríaca de Economia. Coleção Fronteiras da Teoria, volume 2.
Vitória: Editora Milfontes, 2020.
138 p. : 15 cm

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-65-86207-03-3

1. Escola Austríaca 2. Economia 3. Utilitarismo
I. Souza, Aknaton Toczec II. Camargo, Giovane Matheus III. Rosa, Pablo Ornelas IV. Título

CDD 306.2

Sumário

<i>Circunspecções sobre o real.....</i>	<i>7</i>
<i> A economia está a serviço das pessoas ou as pessoas estão à serviço a economia?.....</i>	<i>34</i>
<i> Teoria subjetiva do valor, ação humana e dispositivo da austeridade.....</i>	<i>59</i>
<i>Referências.....</i>	<i>131</i>

Circunspecções sobre o real

Em sua obra intitulada *Em busca do real perdido*, Alain Badiou iniciou o seu texto argumentando que a palavra “real” deveria ser compreendida como uma estratégia condicionadora de certa obediência aos discursos dos homens de negócios e políticos,¹ tendo em vista que a compreensão acerca das realidades possivelmente experimentadas pelos seres humanos na contemporaneidade seria orientada coercitivamente uma vez que forma uma espécie de lei, da qual seria insensato e impensável querer escapar. Assim, ao argumentar que

somos atacados por uma opinião dominante segundo a qual existiriam realidades impositivas a ponto de não se poder imaginar

1 Cf. BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2017.

uma ação coletiva racional cujo ponto de partida subjetivo não seja aceitar a imposição do real,²

o autor constatou não apenas que esse conceito não poderia valer como prova autêntica das possíveis e distintas experiências vividas, como também verificou que o poder de intimidação dessa palavra estabeleceu um lugar privilegiado para o mercado que passou a ser sustentado pela dimensão estatal da política em sua forma democrática, já que “no mundo atual, o discurso econômico se apresenta como o guardião e fiador do real”.³

Assim, se produz uma centralidade da dimensão econômica como condicionamento determinante para os outros campos sociais, produzindo aquilo que Lazzarato chamou de servidão maquínica. Mesmo que Lazzarato tenha questionando

2 BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*, p. 7.

3 *Ibidem*, p. 10.

as premissas de Alain Badiou, achamos pertinente iniciarmos com esse questionamento acerca do real, tendo em vista que acreditamos na possibilidade de usar a aproximação desses dois campos analíticos no intuito de evidenciar que distintas tradições do pensamento acadêmico contemporâneo problematizam essa espécie de enclausuramento a uma realidade que toma o mercado como dimensão determinante dos comportamentos e condutas humanas.

Se tentamos aplicar essas observações à situação contemporânea, devemos nos perguntar: qual é a máscara do nosso real, e, portanto, qual é o semblante próprio do capitalismo imperial mundializado, sob que máscara ele se apresenta que impede que sua identificação o divida, qual é a máscara ao mesmo tempo tão real e tão afastada

de qualquer real que é quase impossível arrancá-la? E então lamento ter de dizer aqui que semblante contemporâneo do real capitalista é a democracia. É a sua máscara. Lamento, porque a palavra ‘democracia’ é uma palavra admirável, e será preciso retomá-la e redefini-la, de um jeito ou de outro. Mas a democracia de que estou falando é a que funciona em nossas sociedades de maneira institucional, estatal, regular, normatizada. Poderíamos dizer – para retomar a metáfora da morte de Molière – que o capitalismo é esse mundo que está sempre representando uma peça cujo título é *A democracia imaginada*.⁴

É como se só fosse possível tratar da economia e de sua legitimidade política estatal dentro de uma perspectiva unidimensional encarnada em certa concepção de democracia

4 BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*, p. 25 et seq.

liberal, amparada na crença de que só é possível viver em sociedade se compartilharmos uma mesma cosmologia que tem no livre comércio e no Estado as dimensões máximas da racionalidade humana, trazidas pela tradição ocidental iluminista, sobretudo, a partir de certa governamentalização contratualista,⁵ que estabelece um único modelo de organização social. Desse modo, só haveria uma possibilidade de existência do “real”, que estaria condicionada à economia utilitária baseada no livre comércio e legitimada pelos Estados modernos, embora Mises reconheça de maneira simplória - ainda que

5 É importante esclarecer que a noção de governamentalidade foi apresentada por Foucault como um conjunto constituído por instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante complexa e específica de poder que tem por alvo a população; por principal forma de saber a economia política; e por instrumento técnico fundamental os dispositivos de segurança, tratados pelo autor como dispositivo diplomático-militar e dispositivo político de polícia. Cf. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

também de forma caricatural justamente por fundamentar suas análises exclusivamente no campo da economia e não em um viés interdisciplinar - que só existiriam três modalidades econômicas e, portanto,⁶ três cosmologias, já que, segundo ele,

no campo da organização econômica da sociedade, existem os liberais - que defendem a propriedade privada dos meios de produção -, os socialistas - que defendem a propriedade pública dos meios de produção - e os intervencionistas - que defendem um terceiro sistema que, no seu entender, está equidistante do socialismo e do capitalismo.⁷

Não obstante, se faz necessário entender que a noção de cosmologia que estamos tratando nesse texto parte de uma

6 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana**: um tratado de economia. São Paulo: Ed. Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

7 *Ibidem*, p. 227.

perspectiva antropológica cunhada em Philippe Descola, a partir de seu livro *Outras naturezas, outras culturas*.⁸ Nesse sentido, o autor argumenta que,

não importa a comunidade com que você escolhe conviver durante algum tempo – seja ela em seu próprio país ou bem longe da sua casa –, os hábitos dessa comunidade serão obrigatoriamente diferentes dos seus, mais ou menos diferentes conforme a distância que você percorre. A partir daí, na tentativa de se identificar com os que têm um modo de existência distinto do seu para compreendê-los melhor, do interior, dividindo suas alegrias e tristezas e as razões que alegam para fazer o que fazem, você será necessariamente levado, por contraste, a questionar a evidência dos hábitos de vida de sua própria comunidade. Você

8 Cf. DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Ed. 34, 2016.

se tornará um pouco diferente e, dependendo do tempo, que passará longe de casa, poderá se tornar quase estrangeiro o que era antes. Você questionará certas evidências que pareciam inerentes ao bom senso em sua comunidade de origem.⁹

Sendo assim, Descola nos mostra como diferentes grupos indígenas, a saber, os Achuar que vivem na região fronteira entre Brasil e Equador, os Cri, do norte canadense, e os aborígenes australianos, compartilham uma cosmologia ou visão de mundo distinta, embora presumam que a relação entre a natureza e a cultura, assim como suas formas de organização social, política e econômica, sejam extremamente diferentes da forma com a qual nós ocidentais tratamos dos nossos processos de interação social e valores a partir de um viés antropocêntrico, diferentemente das populações ameríndias que reivindicam o biocentrismo no intuito de preservar a

⁹ DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas...** *Op. cit.*, p. 10.

vida planetária, a nossa mãe terra, também conhecida por esses povos originários como *pachamama*.¹⁰ Diferentemente do que ocorre com a nossa cosmologia ocidental e utilitária que olha para tudo a partir de um viés econômico,

os achuar com quem vivi, não praticam a agricultura intensiva, não consomem petróleo, carvão ou energia nuclear. Suas necessidades são bastante limitadas, e seus dejetos são integralmente recicláveis. Os plásticos, por exemplo, não existe entre eles. Nossos problemas não são os mesmos que os deles, são de escala e de natureza muito diferentes. Em compensação, o conhecimento que temos de todos esses povos que, como os achuar e os cri, não veem seu meio ambiente como algo exterior a eles próprios, esses

10 Cf. DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas...** *Op. cit.*

conhecimentos nos fornece uma maneira de tomar distância do presente para melhor tentar enfrentar o futuro. Pois é muito difícil extrair-se do cotidiano, dos hábitos de pensamento, das rotinas, das instituições que regem nossa vida e sem as quais mal podemos imaginar. Um modo de vida como o dos achuar e a forma como concebem as plantas e os animais parecem-nos estranhos, afinal estamos tão profundamente submersos em nossas próprias crenças que tendemos a considerar as alheias com certo desdém e ironia divertida. Contudo, a antropologia nos mostra que o que nos parece eterno, este presente no qual estamos agora trancafiados, é apenas uma entre milhares de outras maneiras já descritas de se viver a condição humana.¹¹

11 DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas...** *Op. cit.*, p. 26.

Contudo, a constatação dessa instrumentalização do “real” como técnica de gestão populacional decorrente de sujeições e assujeitamentos orientados por uma cosmologia utilitária e ocidêntica, não se limita apenas as análises de Badiou.¹² Ela também pode ser encontrada em outros textos consagrados de antropologia social, que questionam veementemente tanto o reconhecimento da política a partir de uma dimensão exclusivamente estatal, conforme ponderou Pierre Clastres em seu livro *Sociedade contra o Estado* – que nos mostra como o estado passou a ser naturalizado equivocadamente como uma instituição fundamental para a existência de qualquer sociedade -,¹³ como também pode ser averiguado na recusa em considerar a economia exclusivamente a partir de uma razão mercantil que vislumbra um único

12 Cf. BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*

13 Cf. CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado.** São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2013.

modelo de mercado decorrente desse viés utilitário, conforme encontramos no texto de Marcel Mauss *Ensaio sobre a dádiva*,¹⁴ bem como nos escritos de Alain Caillé,¹⁵ intitulado *Antropologia do dom*. Assim,

o que é impressionante na economia considerada como saber do real é que, mesmo quando enuncia – e às vezes é obrigada a isso pela evidência dos fatos – que o ‘real’ dela está fadado à crise, à patologia, eventualmente ao desastre, todo esse discurso inquietante não produz nenhuma ruptura com a submissão subjetiva do real de que ela se gaba de ser o saber. Em outras palavras, o que a economia considerada como discurso do real diz, prevê ou analisa nunca fez senão validar o caráter intimidante desse

14 Cf. MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2013.

15 Cf. CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

famigerado real, e nos submeter mais a ele. De tal modo que, quando esse real parece desfalecer, mostrar-se como uma pura patologia, devastar o mundo ou as existências – quando os próprios economistas acabam por perder o seu latim –, mesmo assim a soberania dessa intimidação pelo real econômico não apenas não é realmente reduzida como até se vê aumentada. Os economistas e seus financiadores reinam de maneira ainda mais imperial do que antes dos desastres que não souberam prever e só constataram depois, como todo mundo. O que prova muito bem que essa gente não se deixa destituir. É uma lição extremamente interessante: a economia como tal não nos ensina de maneira alguma como poderíamos sair dessa concepção intimidante e, em última instância, opressiva do real a que essa mesma economia

consagra seu desenvolvimento e a sofisticação de sua ciência impotente. Isso é muito importante, porque a questão do real é evidentemente também a questão do real que a relação a atividade humana, mental e prática, mantém o referido real.¹⁶

Embora tenhamos iniciado esse texto problematizando as dimensões utilitárias tanto da economia quanto da política através da noção de cosmologia apresentada por Descola e dos escritos sobre o real apresentados por Alain Badiou,¹⁷ filósofo marroquino que atuou como professor de filosofia na Universidade Paris VIII, na França; achamos proveitoso trazer certas dimensões não apenas de análises antropológicas, conforme os exemplos

16 BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*, p. 10 *et seq.*

17 Cf. DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas...** *Op. cit.*; BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*

trazidos a partir de Clastres, Mauss e Caillé,¹⁸ como também entendemos a pertinência em oferecer uma análise crítica acerca da mercantilização de quaisquer dimensões da vida situada em ponderações sobre o campo econômico através do livro *Os pecados secretos da economia*, da economista Deirdre McCloskey,¹⁹ que atuou como professora de economia e de história na Universidade de Chicago, juntamente com o também economista Milton Friedman, defensor veemente do livre comércio e reconhecido internacionalmente por ter ganhado o prêmio Nobel de economia em 1976.²⁰

18 Cf. CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado...** *Op. cit*; MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva...** *Op. cit*; CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom...** *Op. cit*.

19 Cf. MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

20 Cf. RAMIRO, Pereira Rodrigo. Autores Liberais – Milton Friedman. **Instituto Liberal**, 06 jan. 2011. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/milton-friedman/>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

Não obstante, é importante destacar que o texto por nós apresentado, que resulta de uma dimensão teórico-analítica decorrente de uma pesquisa cibercartográfica sobre as novíssimas direitas brasileiras,²¹ propõe um debate acerca do viés utilitário e essencialista encontrado na chamada escola austríaca de economia que, ao estabelecer o sujeito histórico do século XX como consumidor e o livre comércio como praticamente a única forma possível de organização econômica em uma esfera global,²² acabou nos aprisionando a uma configuração

21 Cf. ROSA, Pablo O; REZENDE, Rafael A; MARTINS, Victória M. V. As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras. **Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses – NEP**, Curitiba, v. 4, n. 2, dez. 2018.

22 Em seu livro *As seis lições*, Mises argumenta que “Quem manda no sistema econômico são os consumidores. Se estes deixam de prestigiar um ramo de atividades, os empresários deste ramo são compelidos ou a abandonar sua eminente posição no sistema econômico, ou a ajustar suas ações aos desejos e às ordens dos consumidores”. MISES, Ludwig Von. **As seis lições**. São Paulo: Ed. Instituto Ludwig Von Mises, 2009, p. 29.

bastante particular acerca desse “real”, que tem no Estado mínimo a dimensão legitimadora desse modelo de interação social, e portanto, como a única cosmologia reconhecida.

Para isso, não nos limitamos em situar o debate sobre esse campo econômico a apenas um referencial teórico ou mesmo a uma única de área de conhecimento como a filosofia, a sociologia ou mesmo a antropologia. Ao contrário, partimos de um olhar interdisciplinar, orientado por uma perspectiva situada naquilo que Paul Feyerabend chamou de anarquismo epistemológico,²³ visando problematizar o campo econômico, entendendo, assim como mostrou Badiou,²⁴ que ele ora nos coage ora nos captura a acreditar que o livre comércio global forjado por um viés exclusivamente utilitário seria a única dimensão possível desse “real”.

23 Cf. FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1989.

24 Cf. BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*

Assim, partimos de uma perspectiva de que uma leitura autenticamente anarquista não precisa se fundamentar exclusivamente em um viés político e/ou econômico enquanto verdades inquestionáveis a serem seguidas idealmente a partir de certa perspectiva baseada em um único campo disciplinar das ciências modernas, como a ciência política, economia, história, sociologia etc. Antes disso, ela deve se amparar em uma base epistemológica questionadora desse “real”, na medida em que coloca em xeque quaisquer pontos de vista que se afirmam como universais através de leis que se apresentam como verdades invariáveis e imutáveis, conforme mostrou Paul Feyerabend.²⁵ Desse modo, a leitura acerca da realidade social que será aventada aqui partirá de uma perspectiva entendida em termos cosmológicos, conforme argumentou o antropólogo Philippe Descola.²⁶

25 Cf. FEYERABEND, Paul. **Contra o método...** *Op. cit.*

26 Cf. DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas...**

Quando afirmamos que o mundo se compõe de entidades naturais, de humanos e objetos artificiais, enunciamos os princípios de uma cosmologia particular, isto é, da nossa. Outros povos não estabelecem tais distinções e veem o mundo segundo outras cosmologias. Nossa cosmologia tornou possível a ciência, mas é preciso entender que essa cosmologia não é em si mesmo o produto de uma atividade científica. Ela é uma maneira de distribuir as entidades no mundo, ela é o fruto de uma certa época, que permitiu que as ciências se desenvolvessem. Essa cosmologia existe, e isso não é uma crítica à ciência, mas, é preciso admitir que ela não é universal.²⁷

Op. cit.

27 DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas...** *Op. cit.* p. 47 *et seq.*

Certamente a leitura determinista, teleológica ou mesmo universalista acerca de um dever político e econômico específico seja um dos grandes problemas de determinada parcela dos escritos daqueles autores situados a partir daquilo que tem sido chamado de anarquismo clássico ou histórico construído em meados do século XIX e, possivelmente, seja também a principal fragilidade da tradição anarcocapitalista apresentada por Rothbard no século XX,²⁸ que teve suas bases construídas a partir da chamada escola austríaca de economia, também conhecida como escola econômica marginalista e sua crítica à teoria do valor trabalho - elaborada inicialmente por Adam Smith em sua obra *A riqueza das nações* e reproduzida em certa medida por Karl Marx em *O capital* -,²⁹ bem como por meio do método

28 Cf. ROTHBARD, Murray. **Por uma nova liberdade**: manifesto libertário. São Paulo: Ed. Instituto Ludwig Von Mises, 2013.

29 Cf. SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008; MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

chamado de *praxeologia* amparado em certa interpretação acerca da ação humana, conforme mostrou Mises em seu texto *Ação humana: um tratado de economia*.³⁰

Desse modo, podemos sugerir que não apenas algumas das tradições da antropologia política e econômica inauguradas por Marcel Mauss, Pierre Clastres, Alain Caillé e David Graeber, Roy Wagner, Eduardo Viveiros de Castro,³¹ dentre outros, assim como as analíticas pós-estruturalistas encontradas em Foucault, Deleuze, Guattari, Rolnik, e, principalmente, o olhar epistemológico de Paul Feyerabend se apresentam como ferramentas fundamentais para tratar desta

30 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

31 Cf. MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981; CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado...** *Op. cit.*; CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom...** *Op. cit.*; GRAEBER, David. **Dívida: os primeiros 5.000 anos**. São Paulo: Ed. Três Estrelas, 2016; WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2012; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2015.

abordagem questionadora acerca desta visão linear e etnocêntrica que mostra os riscos e limitações das crenças em leis universais que são utilizadas para tratar dos processos interacionais,³² como se fosse possível garantir certa previsibilidade no que se refere as ações humanas, conforme defendeu Ludwig Von Mises através da sua metodologia chamada de *praxeologia*,³³ *que grosso modo*, visa investigar universalmente a ação humana através da racionalidade decorrente da tomada de decisão.

Para analisarmos esses supostos essencialismos decorrentes desse sujeito histórico entendido por Mises como o consumidor e sua aposta em uma espécie de fundamentalismo de mercado ou mesmo de mercantilização de todas as dimensões da vida e das sociabilidades orientado a partir de uma viés utilitário localizado em termos de

32 Cf. FEYERABEND, Paul. **Contra o método...** *Op. cit.*

33 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

uma cosmologia econômica e utilitária que instrumentaliza certo entendimento sobre a liberdade,³⁴ seguiremos, problematizando

34 Segundo Mises, “É óbvio que não compreendemos a liberdade no sentido que hoje tantos atribuem à palavra. O que queremos dizer é antes que, através da liberdade econômica, o homem é libertado das condições naturais. Nada há na natureza, que possa ser chamado de liberdade; há apenas a regularidade das leis naturais, a que o homem é obrigado a obedecer para alcançar qualquer coisa. Quando se trata de seres humanos, atribuímos à palavra liberdade o significado exclusivo de liberdade na *sociedade*. Não obstante, muitos consideram que as liberdades sociais são independentes umas das outras. Os que hoje se intitulam ‘liberais’ têm reivindicado programas que são exatamente o oposto das políticas que os liberais do século XIX defendiam em seus programas liberais. Os pretensos liberais de nossos dias sustentam a ideia muito difundida de que as liberdades de expressão, de pensamento, de imprensa, de culto, de encarceramento sem julgamento podem, todas elas, ser preservadas mesmo na ausência do que se conhece como liberdade econômica. Não se dão conta de que, num sistema desprovido de mercado, em que o governo determina tudo, todas essas outras liberdades são ilusórias, ainda que postas em forma de lei e inscritas na constituição”. MISES, Ludwig Von. **As seis lições...** *Op. cit.*, p. 27 *et seq.*

o texto intitulado *Os pecados secretos da economia*, da economista Deirdre McCloskey.³⁵

Sendo assim, partiremos da premissa de que a compreensão acerca daquilo que Alain Badiou chamou de “real” depende,³⁶ sobretudo, daquilo que Phillippe Descola tratou em termos de cosmologia,³⁷ que orienta não apenas a nossa visão de mundo, mas também os nossos valores. Além disso, a noção de perspectividade, trazida por Viveiros de Castro a partir de certa influência nietzscheniana,³⁸ nos ajuda a compreender não apenas a diversidade de formas de organização social e atribuição de valores e entendimentos, como nos permite

35 Cf. MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*

36 Cf. BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*

37 Cf. DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas...** *Op. cit.*

38 Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

relativizar certezas que operam como verdades inquestionáveis, condicionando nosso comportamento no sentido de reiterar nossa adesão a essa realidade coercitiva problematizada por Badiou.³⁹

Tal resistência do perspectivismo ameríndio aos termos de nossos debates epistemológicos põe sob suspeita a robustez e a transportabilidade das partições ontológicas que os alimentam. Em particular, como muitos antropólogos já concluíram (embora por outros motivos), a distinção clássica entre Natureza e Cultura não pode ser utilizada para descrever dimensões ou domínios internos a cosmologias não ocidentais sem passar antes por uma crítica etnológica rigorosa. Tal crítica, no caso presente, exige a dissociação e redistribuição

39 Cf. BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*

dos predicados subsumidos nas duas séries paradigmáticas que tradicionalmente se opõem sob os rótulos de Natureza e Cultura: universal e particular, objetivo e subjetivo, físico e moral, fato e valor, dado e construído, necessidade e espontaneidade, imanência e transcendência, corpo e espírito, animalidade e humanidade, e outros tantos. Esse reembaralhamento das cartas conceituais levam-me a sugerir o termo *multinaturalismo* para assinalar um dos traços contrastivos do pensamento ameríndio em relação às cosmologias ‘multiculturalistas’ modernas. Enquanto estas se apoiam na implicação mútua entre unicidade da natureza e multiplicidade das culturas – a primeira garantida pela universalidade objetiva dos corpos e da substância, a segunda gerada pela particularidade subjetiva dos

espíritos e dos significados -, a concepção ameríndia suporia, ao contrário, uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos. A cultura ou o sujeito seriam aqui a forma do universal; a natureza ou o objeto, a forma do particular. Essa inversão, talvez demasiado simétrica para ser mais que especulativa, deve-se desdobrar em uma interpretação fenomenológica rica das noções cosmológicas ameríndias, capaz de determinar as condições de constituição dos contextos que se poderiam chamar de 'natureza' e 'cultura'. Recombinar, portanto, para em seguida dessubstancializar, pois as categorias de Natureza e Cultura, no pensamento ameríndio, não só não subsumem os mesmos conteúdos, como não possuem o mesmo estatuto de seus análogos ocidentais; elas não assinalam regiões do ser, mas

antes configurações relacionais,
perspectivas móveis, em suma,
pontos de vista.⁴⁰

A economia está a serviço das pessoas ou as pessoas estão à serviço a economia?

Ao partirmos de uma premissa perspectivista iniciada através das ponderações nietzscheanas, mas exemplificada pela antropologia social desenvolvida por Viveiros de Castro que abordou o encontro entre as cosmologias europeias e ameríndias,⁴¹ por exemplo, constatamos que também é possível olhar para a dimensão econômica, tratando, sobretudo, como uma cosmologia utilitária, conforme verificamos nos escritos de alguns dos autores da Escola austríaca de economia, principalmente a partir dos textos de

40 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem...** *Op. cit.*, p. 302 *et seq.*

41 Cf. *Idem*. **Metafísicas canibais...** *Op. cit.*; *Idem*. **A inconstância da alma selvagem...** *Op. cit.*

Mises e Rothbard,⁴² embora se reconheça a necessidade de distinguir o objeto de análise trazido pelo antropólogo e pelos dois economistas mencionados.

Assim, se Viveiros de Castro construiu suas análises verificando a necessidade de compreender os processos de interação social a partir dos valores produzidos e compartilhados pelos ameríndios de maneira distinta das perspectivas europeias,⁴³ a nossa aposta se dá na utilização dessa abordagem no intuito de questionar as universalizações e essencializações da dimensão econômica trazidas pelos autores da Escola austríaca de economia que propuseram a extensão do mercado por toda a vida humana a partir de uma dimensão utilitária, visando ponderar sobre certo condicionamento ao

42 Cf. MISES, Ludwig Von. **As seis lições...** *Op. cit.*; *Idem.* **Ação humana...** *Op. cit.*; ROTHBARD, Murray. *Por uma nova liberdade...* *Op. cit.*

43 Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais...** *Op. cit.*; *Idem.* **A inconstância da alma selvagem...** *Op. cit.*

enclausuramento em uma realidade que toma o livre comércio como única forma possível de organização social na contemporaneidade.

Não obstante, achamos pertinente utilizar como referência teórica não apenas os apontamentos decorrentes da antropologia perspectivista trazida por Viveiros de Castro,⁴⁴ mas, sobretudo, pelos escritos oriundos do próprio campo econômico que internamente questiona, ainda que discretamente, a apropriação dessa universalização do mercado a todas as dimensões da vida, permitindo, inclusive, questionar se seria mais adequado tratá-la como ciência humana ou exata, conforme ponderou Deirdre McCloskey.⁴⁵ Assim, ao evidenciar que houve certa direção epistêmica para que a matemática orientasse exclusivamente o campo da economia, a autora verificou que,

44 Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais...** *Op. cit.*; *Idem.* **A inconstância da alma selvagem...** *Op. cit.*

45 Cf. MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*

a teoria formal e matemática da estatística foi inventada em grande parte na década de 1880 por eugenistas (esses racistas ilustrados que se encontram na origem de tanta coisa nas ciências sociais) e aperfeiçoada no século XX por agrônomos (isso mesmo, agrônomos – em lugares como a estação experimental agrícola de Rothamsted, na Inglaterra, ou a Universidade do Estado de Iowa). A estatística, recém-matematizada, transformou-se num verdadeiro fetiche entre todas as novas candidatas a ciência. Ao longo da década de 1920, nos primórdios da sociologia, a quantificação era um meio de reinventar uma posição mais destacada, como também ocorreu a economia, que acabara de se livrar do nome antigo de economia política, e a psicologia, pouco separada da filosofia. Nas décadas de 1920 e 1930, até os antropólogos

sociais, esses homens e mulheres dados aos caprichos, à fantasia ou (e emprego aqui termos sinônimos) ao sentimentalismo, eram dados à contagem de cocos.⁴⁶

Ao constatar que os números, em decorrência de sua natureza, não são especialmente “objetivos”, devendo, portanto, estarem situados em uma ordem retórica voltada para certa persuasão humana, a autora verificou que a economia sempre teve uma finalidade política. Talvez tenha sido por isso que, ao longo da década de 1920, a quantificação se tornou um meio de reivindicar uma posição mais destacada, como também ocorreu com a economia, que se livrou do nome antigo de economia política. Assim, apesar de reconhecer que a estatística se transformou num verdadeiro fetiche entre todas as novas candidatas a ciência, sendo utilizada como única possibilidade

46 MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*, p. 13 *et seq.*

para se tratar de uma abordagem econômica condicionando-nos a compartilhar certa crença em uma perspectiva eminentemente utilitária, McCloskey averiguou que,

do século XVIII pra cá, levaram-no um passo à frente, um passo dramático e crucial: isto é, deduziram alguma coisa a partir dele, a saber: *o livre mercado é bacana*.⁴⁷

Um dos principais pressupostos acerca dessa perspectiva totalizante que trata do entendimento sobre a economia, conforme mencionado pela autora, se ampara na equivocada ideia de que “se todas as transações são voluntárias, todas representam algum ganho”. Esse argumento favorável ao livre comércio pode ser facilmente identificável se tratado em termos do que poderia ser classificado como “matemático”. No entanto, segundo a autora, esse fenômeno só teria sido possível a partir de 1947, quando houve uma

47 MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*, p. 19.

espécie de reformulação de argumentos verbais decorrentes de um novo programa científico de economia chamado de “samuelsoniano”, em homenagem a Paul Anthony Samuelson, economista estadunidense que recebeu o prêmio Nobel de economia em 1970. Assim, tanto Samuelson quanto o seu primo Kenneth Joseph Arrow – que também recebeu o prêmio Nobel de economia em 1972 – teriam sido consideradas figuras imprescindíveis para que a matemática pudesse servir de base exclusiva da economia.

Em 1951, Arrow conduziu a economia a domínios ainda mais elevados da matemática com sua tese de doutorado, *Social Choice and Individual Values* [Escolha social e valores individuais]. Seus inimigos, alguns dos quais ainda em atividade afirmaram, em uníssono com os humanistas: Que coisa. Toda essa matemática é difícil demais, desumana demais. Queremos palavras, sentimentos. Queremos uma

argumentação verbal, uma narrativa verbal. Ou até um que outro número. Mas não essas novidades de x e y . Isso me deixa com dor de cabeça.⁴⁸

Não obstante, a autora ainda argumenta que não há absolutamente nenhuma novidade no uso do raciocínio dedutivo em economia baseado na quantificação das coisas, conforme sugere a tradição samuelsoniana, uma vez que essa suposta mudança já havia ocorrido em 1747, quando David Hume na Escócia, e os fisiocratas, na França, já haviam se dedicado a inventar argumentos filosóficos que traziam uma abordagem qualitativa no lugar da estatística, colocando a economia a serviço das pessoas e não o contrário. Assim, ao verificar que “qualquer indução depende da validade dos dados usados e das premissas”, McCloskey acabou constatando que “a economia sempre teve uma finalidade política”.⁴⁹

48 MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*, p. 22.

49 *Ibidem*, p. 25.

O teorema do livre comércio, que pode soar tão bem, é na verdade muito fácil de refutar. Vamos supor que uma grande parte da economia – digamos, em casa – seja, como dizem os economistas, ‘distorcida’ (por exemplo, imaginem que em suas casas as pessoas façam as coisas por amor – por aí dá para ver quanto pode ser peculiar a ideia de ‘distorção’ para os economistas). Daí decorre rigorosamente (ou seja, matematicamente) que o livre comércio em outros setores (por exemplo, na indústria) *não* será a melhor das escolhas. Na verdade, pode ser a mais prejudicial para a média das pessoas que um comércio restrito, protegido e tarifado. É claro que as pessoas normais – ou seja, os não economistas – não estão convencidas de que o livre comércio seja a melhor opção em todas as ocasiões e em toda a parte. Por exemplo,

a maioria das pessoas tende a achar que o livre comércio é ruim para o produto ou serviço que elas fornecem.⁵⁰

Ao verificar que os argumentos em favor do livre mercado são populistas e igualitários, a autora constatou que “a regra de ouro é que os donos do ouro ditam as regras”,⁵¹ ou seja, segundo ela, não se pode esperar que um governo composto por homens vá ajudar as mulheres, ou que um governo dirigido por uma determinada empresa vá tomar o lado de seus funcionários. Não obstante, McCloskey ainda argumenta que,

uma das características mais surpreendentes e irritantes da economia (depois que as pessoas entendem o que está acontecendo) está em seu foco obsessivo, monomaniaco, num modelo de humanidade

50 MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*, p. 26 *et seq.*

51 *Ibidem*, p. 28.

dominado pelo Princípio da Prudência.

Tudo, simplesmente tudo, do casamento ao homicídio, é visto por um economista moderno como passível de explicação como uma manifestação de Prudência. Os seres humanos são vistos como máquinas de calcular cujos objetivos são a Prudência, o Preço, o Proveito (ou o lucro), a Propriedade e o Poder – as ‘variáveis P’, como poderíamos defini-las. Essa obsessão com as variáveis P vem desde Maquiavel e Hobbes, passa por Bernard Mandeville (anglo-holandês, espião e autor de panfletos do início do século XVIII), é sistematizada por Jeremy Bentham (economista ativo no início do século XIX, um dos formuladores do utilitarismo) e é finalmente aperfeiçoada por economistas do século XX, entre eles o mesmo Paul Samuelson (nascido em 1915), que dá plena formalização à ideia com um

curioso personagem conhecido como Max U, e o grande Gary Becker (nascido em 1930), que se dedicou ao tema o máximo que pôde. Becker (Nobel de 1992), professor de economia e sociologia na Universidade de Chicago, pergunta, por exemplo, por que as pessoas têm filhos. E responde: *porque os filhos são bens duráveis*. Custam caro, e levam tempo, para produzir e sustentar, como uma casa. Só dão retorno ao fim de certo prazo, como um carro. Têm um limitado mercado de revenda, como as geladeiras. E funcionam como estoque de valor, prevenindo calamidades futuras, como objetos de ouro ou um anel de diamante que se possa empenhar. Assim (e vocês vão sentir um solavanco lógico aqui; o mesmo que David Hume percebeu em Mandeville e Hobbes), o número de filhos que as pessoas têm se reduz a uma questão de custo e benefício,

como a compra de uma casa, de um carro, de uma geladeira ou de um diamante. Um pai ou mãe prudente decide se irá investir em muitos ou em poucos filhos, extensiva ou intensivamente, mais cedo ou mais tarde, como se investisse em num bem durável.⁵²

Ao localizar no livro de Adam Smith intitulado *A riqueza das nações*, publicado em 1776,⁵³ a premissa de que a Prudência (*P*) seria a virtude ética central da burguesia, McCloskey distinguiu as abordagens trazidas pela economia daquelas propostas pelos antropólogos, tratadas em termos de Solidariedade (*S*).⁵⁴ Segundo ela,

a maior parte da economia e da antropologia consiste em persuasão acerca da mistura

52 MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*, p. 31 *et seq.*

53 Cf. SMITH, Adam. **A riqueza das nações...** *Op. cit.*

54 MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*, p. 33 *et seq.*

entre Prudência e Solidariedade, entre Profano e Sagrado, que precisa ser levada em conta a cada caso.⁵⁵

Desse modo, a autora conclui que os economistas, são *Institucionalmente Ignorantes*, justamente porque não sentem a mínima curiosidade pelo mundo que tentam explicar, para além do seu campo do conhecimento; “Poucos economistas leem alguma coisa fora do campo da economia”.⁵⁶

Não economistas ficariam igualmente impressionados com a *Ignorância Histórica* dos economistas. Talvez achem que os indícios científicos sobre os economistas anteriores aos últimos poucos anos devessem constar dos dados dos economistas. Mas não constam. Quase todos os programas de pós-graduação dos anos 1970

55 MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*, p. 35.

56 *Ibidem*, p. 41.

e 1980 foram eliminando, um atrás do outro, o requisito de que seus alunos conhecessem o passado da economia. Eu própria consegui adiar por doze anos a data da execução na Universidade de Chicago (agora estão vendo o padrão?). Entretanto, no mesmo mês em que deixei o departamento, a tomada pelo desgosto, os bárbaros dentro dos portões condenaram à guilhotina o requisito da história econômica, e a partir de então os doutorados em economia pela Universidade de Chicago juntaram-se aos de Minesota, Princeton e Columbia na ignorância do passado da economia. Ao mesmo tempo, quase todos os programas de pós-graduação dos Estados Unidos (como a minha querida Harvard, altaneira, entre as primeiras) abandonaram o estudo do passado da própria economia. Há quem se diga economista,

mas nunca tenha lido uma página de Adam Smith, Karl Marx ou John Maynard Keynes. É mais ou menos a mesma coisa que se formar em antropologia sem nunca ter ouvido falar em Malinowski, ou em biologia evolutiva sem nunca ter ouvido falar em Darwin.⁵⁷

Talvez um dos grandes problemas apontados pela autora que nos ajuda a compreender algumas das principais consequências das verdades proferidas pelos tributários da Escola austríaca de economia, objeto de nossa análise, se dê justamente pela dificuldade que os economistas que defendem veementemente o livre comércio têm em distinguir questões científicas de questões éticas. Tendo em vista que acreditam serem as primeiras de natureza “positiva” e as segundas de natureza “normativa”, devendo o cientista ter que dar sempre preferência para a primeira, a autora

57 MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*, p. 40 *et seq.*

argumenta que “a maioria dos economistas realmente acredita que a distinção positivo/normativo os desobriga de qualquer reflexão ética”, justamente porque,

preferem acreditar que a economia é como a astronomia, e nada tem a ver com os negócios humanos, e portanto com o universo ético em que vivem os seres humanos.⁵⁸

Apesar de ter reconhecido que os economistas sofrem com a “tentação da *arrogância na engenharia social*”,⁵⁹ evidenciou que eles se consideram bem informados em matéria de filosofia ética, mesmo tendo sua compreensão um tanto quanto turva acerca da oposição entre positivo e negativo. Não obstante, a autora também nos chama a atenção para o *egoísmo declarado* presente entre aqueles que atuam nesse campo do conhecimento, argumentando

58 MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*, p. 44.

59 *Ibidem*, p. 44 *et seq.*

que se você perguntar a um economista da Escola de Chicago se ele quer colaborar com algo, certamente ele responderá que não, justamente porque não atende ao seu interesse e é assim que funciona a economia.

Assim, se tratarmos da economia utilitarista baseada na defesa veemente do livre comércio tanto a partir do escritos de McCloskey no campo da economia quanto a partir de uma perspectiva cosmológica trazida por Descola pela antropologia social,⁶⁰ é possível constatar que ela atua como uma espécie de encantamento, de mágica, que nos aprisiona a apenas uma dimensão do “real”, circunscrita a matemática, a estatística e, portanto, a Prudência (*P*), colocando as pessoas à serviço da economia e não o contrário, conforme sustentam os tributários de uma perspectiva cunhada da Solidariedade (*S*). Desse modo, a autora conclui que

60 Cf. MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*; DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas...** *Op. cit.*

não é difícil explicar a gente de fora qual seria o erro tão dramático, insensato e pecaminoso dos dois principais métodos da economia de alto nível, os teoremas qualitativos e a significância estatística. Mas é *muito* difícil explicar a mesma coisa ao pessoal da área, porque essas pessoas costumam acreditar que os métodos que aprenderam com tal grau de sofisticação, e usados afinal pelos profissionais que mais admiram, sejam um simples amontoado de absurdos não científicos, literalmente sem ligação alguma com qualquer contribuição científica real (e, repito, essa contribuição é considerável) que a economia possa trazer para nossa compreensão da sociedade. Por isso elas simplesmente não alcançam os argumentos que parecem claríssimos para gente não socializada em economia.⁶¹

61 MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos**

Contudo, mesmo ponderando sobre a dimensão da Prudência (*P*) trazida por McCloskey,⁶² não estamos querendo desqualificar a economia enquanto campo do saber, mas sim problematizá-la genealogicamente a partir de questionamentos acerca de certo enclausuramento em um “real” que negligencia quaisquer outras possibilidades de interpretá-la para além de uma perspectiva exclusivamente estatística e utilitária encontrada nos textos dos artífices da chamada Escola austríaca de economia.

Um autor que nos permite analisar de maneira um pouco mais sofisticada essa dimensão agonística acerca do campo econômico apresentado por McCloskey é Michel Foucault,⁶³ quando trás a noção nietzscheana de genealogia, permitindo-nos situar ao menos duas forças que disputam o

da economia... *Op. cit.*, p. 55 *et seq.*

62 Cf. MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*

63 *Ibidem*; FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

lugar da verdade, a saber, a Prudência (P) e a Solidariedade (S). Desse modo, teríamos de um lado uma força que operaria em uma dimensão exclusivamente utilitária, a exemplo dos tributários da chamada Escola austríaca de economia, tratada, portanto, em termos matemáticos e estatísticos independente das consequências humanas e ambientais; e de outro, teríamos um olhar talvez mais antropológico, voltado para a instrumentalização da economia a serviço das demandas dos seres humanos, justamente porque seria passível de problematizações acerca das consequências das decisões econômicas tomadas.

Não obstante, por mais que o método genealógico apresentado por Foucault tenha sido utilizado nessa pesquisa para situar dois saberes que disputam a condição de verdade no campo econômico,⁶⁴ é importante esclarecer que a analítica nietzscheana que

⁶⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade...** *Op. cit.*

sustenta esse trabalho do ponto de vista teórico presume uma crítica frontal à certo entendimento amparado em uma “História Verdadeira”, tomando como ponto de partida uma “história efetiva dos acontecimentos”, que procura captar as diferentes forças que se encontram em conflito no jogo da história sem lhes conferir certa finalidade. Desse modo, Foucault propõe que o método genealógico nietzscheano seja usado não apenas como instrumento disponibilizado em uma espécie de caixa de ferramentas concebida pelas reflexões teóricas dos intelectuais, mas, principalmente, como o mais importante método crítico de investigação dos jogos de submissão e resistência que procuram investigar as relações de poder existentes na contemporaneidade, a exemplo da produção desse “real” no qual estamos submetidos, amparando em uma economia utilitária.

A perspectiva foucaultiana apresentada a partir da genealogia nietzschiana está composta por uma *análise*

da *proveniência* e por uma *história das emergências*, uma vez que reconhece que Nietzsche não utiliza a palavra *Ursprung* (origem) em suas investigações, optando, portanto, pela associação dos vocábulos *Herkun* (proveniência) e *Entstehung* (emergência). Para Foucault, a análise da proveniência não funda, ela agita o que se percebia imóvel, fragmenta o que se pensava unido, evidenciando certa heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo. Assim, a genealógica nietzscheana, na compreensão de Foucault, não se interessa pela “verdade”, mas sim por certas perturbações de verdades que se colocam dispostas nos perpétuos conflitos da história, que na análise por nós apresentada, aborda as verdades sempre em produção que orientam o entendimento que temos sobre o campo econômico.

Sendo assim, o projeto genealógico foucaultiano não parte de um ponto de vista positivista, tampouco é perpassado

pelo empirismo. Trata-se, portanto, de fazer com que os saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados interviessem contra a instância teórica unitária que procura filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, baseado em uma ciência que apenas alguns a possuíam. É justamente a partir dessa perspectiva que localizamos duas forças antagônicas que disputam a condição de verdade por meio da relação entre saber e poder, no que se refere ao entendimento sobre o campo econômico. Inclusive propomos tratar desses jogos de poder a partir das perspectivas da Prudência (*P*) e a Solidariedade (*S*), situando a Escola Austríaca de economia e sua cosmologia utilitária nessa primeira perspectiva, enquanto que poderíamos situar a segunda a partir de uma visão cosmológica amparada naquilo que Marcel Mauss e Alain Caillé trataram como *dádiva* ou *dom*.⁶⁵

65 Cf. MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva...** *Op. cit*; CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom...** *Op. cit*.

Em diversos momentos, viu-se o quanto a economia da troca-dádiva estava longe de inserir-se nos quadros da economia supostamente natural, do utilitarismo. Esses fenômenos consideráveis da vida econômica de todos os povos – digamos, para maior clareza, que eles são bons representantes da grande civilização neolítica – e as sobrevivências consideráveis dessas tradições, nas sociedades próximas de nós ou nos costumes das nossas, escapam aos esquemas geralmente apresentados pelos raros economistas que quiseram comparar as diversas economias conhecidas. Acrescentemos, portanto, nossas observações repetidas por Malinowski, que dedicou todo um trabalho a ‘fazer dissipar’ as doutrinas correntes sobre a economia ‘primitiva’. Eis aqui uma cadeia de fatos bastante sólida. A

noção de valor funciona nas sociedades; excedentes muito grandes, em termos absolutos, são acumulados; eles são gastos em geral inutilmente, com um luxo relativamente enorme e que nada tem de mercantil; há signos de riqueza, espécies de moedas, que são intercambiáveis.⁶⁶

Teoria subjetiva do valor, ação humana e dispositivo da austeridade

Certamente um dos principais problemas por nós analisados acerca das verdades proferidas pela Escola austríaca de economia se dá justamente por duas importantes dimensões, conforme mencionamos anteriormente: essencializar o sujeito em uma sociedade de livre comércio, deslocando-o da condição de cidadão ou mesmo de sujeito de direitos para aderir a qualidade de consumidor; e, em segundo

⁶⁶ MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva...** *Op. cit.*, p. 121 *et seq.*

lugar, por intensificar o modelo-mercado para todas as dimensões da vida possíveis sob a justificativa de que o real apresentado acerca da nossa condição humana presente, fundamentado em uma democracia liberal,⁶⁷ deve ser sustentado por aquilo que McCloskey tratou como Prudência (*P*) e que passa a ser justificado e até mesmo legitimado pelo chamado dispositivo da austeridade – conforme sugere Mises,⁶⁸ ao generalizar a ação humana no comportamento da população estadunidense como única condição de existência planetária, presumindo de maneira universalista, totalizante e totalitária que “Não é o altruísmo que os move; é seu desejo de ganhar dinheiro” - que se opõe ao dispositivo da alteridade, que afirma a Solidariedade (*S*) na medida em que ao reconhecer o *dom* se

67 Cf. BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*

68 Cf. MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia...** *Op. cit.*; MISES, Ludwig Von. **As seis lições...** *Op. cit.*, p. 42.

posiciona de maneira antagônica à dinâmica exclusivamente utilitária.

Não obstante, é importante enfatizar que essa equação de soma zero tratada não apenas pela Escola austríaca de economia, mas também pela própria Escola econômica de Chicago e demais tradições neoliberais ou neoclássicas, deve ser entendida a partir de uma justificativa cunhada naquilo que poderíamos chamar de dispositivo de austeridade. Embora Castro tenha definido dispositivo como uma,⁶⁹

rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito,⁷⁰

69 Cf. CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.

70 *Ibidem*, p. 124.

a partir de uma perspectiva foucaultiana, é possível localizar o discurso fundamentado nas políticas de austeridade como um dispositivo, justamente porque orienta certa verdade que reitera uma espécie de fundamentalismo de mercado baseado na financeirização, que tem nessa condição de real a única possibilidade para se tratar do campo econômico.⁷¹

Apesar de Maurizio Lazaratto questionar veementemente o entendimento de Badiou acerca do campo econômico - argumentando que aquilo que ele e Rancière chamam de economia exerce uma dupla implicação e exploração da subjetividade através das sujeições sociais e das servidões maquínicas,⁷² partindo da premissa de que a política é independente, ou seja, autônoma em relação aquilo que ambos

71 Cf. BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*

72 LAZZARATO, Maurizio. **Signos...** *Op. cit.*, p. 188; BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*

os autores chamam de economia, apenas porque a imagem que eles têm dessa última, e do capitalismo em geral, é caricatural, veiculada pelos próprios economistas -, achamos relevante as ponderações de Badiou justamente porque nos permite compreender como essa suposta noção de real proporcionada pela democracia liberal nos capturou ou mesmo coagiu a vislumbrar um único modelo de economia legitimado pelos Estados modernos.⁷³

Nesse sentido, a nossa análise acerca desse real, mesmo iniciada e instrumentalizada por Badiou no intuito de compreender a complexidade discursiva da Escola austríaca de economia,⁷⁴ reconhece as suas limitações analíticas, seguindo, portanto, as prescrições de Lazzarato,⁷⁵ principalmente no que se refere ao condicionamento da dívida como

73 Cf. BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido...** *Op. cit.*

74 *Ibidem.*

75 Cf. LAZZARATO, Maurizio. **Governo do homem individualizado.** São Paulo: Ed. N-1, 2017.

tecnologia de gestão populacional no campo econômico. Segundo ele, a austeridade que vem acoplada a certos sacrifícios coletivos em detrimento da utilização de argumentos eminentemente econômicos, tem na produção da figura subjetiva do devedor não apenas o representante de um momento difícil que necessitaria ser superado uma vez que haveria um “novo crescimento”, mas uma tecnologia de poder que perdeu a sua dimensão liberal, na medida em que se apresenta de maneira totalitária e totalizante.

É importante destacar que na atual conjuntura política do início do século XXI, a austeridade passou a ter um significado um tanto quanto diferente da sua dimensão moral, já que ela é quase sempre tratada como uma virtude. Desse modo, o julgamento negativo daquele que excede com os seus gastos e que, portanto, não sabe se conter, consumindo excessivamente e de maneira supostamente descontrolada, ao ponto de se tornar dependente de empréstimos na

medida em que intensifica a sua dívida; passou a ser deslocado de uma dimensão individual ou mesmo empresarial para outra estatal, fazendo com que os Estados reduzam os seus investimentos em políticas sociais, inclusive indo contra as previsões constitucionais conforme ocorre no Brasil, no intuito de quitar ou coibir seus débitos com o sistema financeiro que lucra através das mais distintas formas, a exemplo daquilo que Fattorelli chamou de “Sistema Dívida”,⁷⁶ ou seja, através de mecanismos que funcionam como engrenagens que sistematicamente geram dívidas e promovem a transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado.

Segundo Fattorelli,⁷⁷ o chamado “Sistema Dívida” opera a partir de um conjunto de engrenagens bastante

76 Cf. FATTORELLI, Maria Lucia. Sistema da Dívida Pública: entenda como você é roubado. *In.*: SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael. (coord.). **Resgatar o Brasil**. São Paulo: Ed. Boitempo/Contracorrente, 2018.

77 *Ibidem*.

articuladas que abarcam privilégios legais, políticos e econômicos, contando com o suporte da grande mídia corporativa, justamente porque essas empresas de comunicação são bancadas pelo sistema financeiro internacional que exerce uma influência determinante sob todas as sociedades humanas que vivem no século XXI. Portanto, para a autora que atuou não apenas como coordenadora nacional da auditoria cidadã da dívida e como assessora da CPI da dívida pública na câmara dos deputados federais do Brasil de 2009 até 2010, mas também como membro de auditoria oficial da dívida do Equador, além de ter sido convidada pelo presidente do parlamento Helênico para integrar a comissão de auditoria da dívida da Grécia, a dívida brasileira seria gerada e multiplicada por diversos mecanismos, tais como a

geração de dívidas sem contrapartida alguma ao Estado ou à sociedade, por exemplo, no estoque da 'dívida pública' foram

embutidas do setor privado, passivos de bancos, prejuízos do Banco Central, custo da remuneração da sobra de caixa dos bancos; prejuízo com cobertura da variação do dólar para especuladores; aplicação de mecanismos que promovem o contínuo crescimento da dívida, tais como taxas de juros abusivas; juros sobre juros; atualização monetária automática e cumulativa; contabilização de juros como se fosse amortização; excessivas comissões e encargos; resgates antecipados com pagamento de ágio; refinanciados que empacotam dívida do setor privado e outros custos que não correspondem à entrega de recursos ao Estado, inclusive dívidas com forte suspeita de prescrição; programas de ‘salvamento de bancos’ que promovem a transformação de passivos de bancos em dívidas públicas, a exemplo do PROER

e PROES; esquemas sofisticados de ‘securitização de créditos’ que geram dívida pública de forma disfarçada e inconstitucional, que não tem sido contabilizada como dívida pública e é paga por fora, com recursos arrecadados de contribuintes, desviados durante o seu percurso pela rede bancária e sequer alcançarão o orçamento público.⁷⁸

Essa análise apresentada por Fattorelli também evidenciou que em 2015 a dívida interna cresceu R\$ 732 bilhões em apenas 11 meses,⁷⁹ tendo em vista que os investimentos federais se restringiram a somente R\$ 9,6 bilhões, sendo que toda a economia do país apresentou uma queda vertiginosa caracterizada pela desindustrialização, retração no comércio, desemprego recorde e encolhimento do Produto Interno Bruto – PIB em quase 4%. Entretanto, diante desse

78 Cf. FATTORELLI, Maria Lucia. Sistema da Dívida Pública... *Op. cit.*, p. 62 *et seq.*

79 *Ibidem.*

cenário, o lucro dos bancos atingiu R\$ 96 bilhões, ou seja, cresceu 20% a mais do que em 2014. Isso sem mencionar precisamente que a autora argumenta ainda que os bancos teriam faturado 300% a mais, caso não fossem exageradas as provisões que atingiram R\$ 187,7 bilhões, reduzindo lucros tributáveis. Contudo, Fattorelli também nos mostra a inconstitucionalidade de parte desses procedimentos econômicos instrumentalizados pelos governos brasileiros,⁸⁰ já que

conforme publicado no Banco Central, em 2017 o estoque de títulos da dívida interna aumentou R\$ 548 bilhões, saltando de R\$ 4,510 trilhões em janeiro para 5,094 trilhões em dezembro. Constata-se, portanto, que na verdade a dívida cresceu fortemente em 2017, não tendo sido amortizada e nem ‘simplesmente’ rolada.

80 Cf. FATTORELLI, Maria Lucia. Sistema da Dívida Pública... *Op. cit.*

Isso ocorre por causa de uma manobra que classifica grande parte dos juros nominais como amortizações. Esse procedimento é inconstitucional e brula o disposto no art. 167, inciso III, da Constituição, conhecida como ‘regra de ouro’, que proíbe a emissão de títulos para o pagamento de despesas correntes, tais como juros, salários e gastos para a manutenção do Estado, conforme denunciado pela CPI da Dívida Pública desde 2010. A consequência dessa manobra tem sido o crescimento exponencial do estoque da dívida interna, devido à sua atualização paralela ilegal.⁸¹

Não obstante, a teoria subjetiva do valor, elaborada inicialmente por Menger e demais autores como Walras e Jevons,⁸²

81 Cf. FATTORELLI, Maria Lucia. Sistema da Dívida Pública... *Op. cit.*, p. 66 *et seq.*

82 Cf. MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988; WALRAS,

assim como o método chamado por Mises de *praxeologia* e sua interpretação sobre as motivações dos sujeitos instrumentalizadas para dar sentido a ação humana,⁸³ são alguns dos elementos centrais daquilo que passou a se chamar de Escola marginalista de economia, também conhecida como Escola austríaca de economia, que opera de maneira bastante influente no atual contexto político e econômico nacional e internacional demarcado por um tipo bastante particular de capitalismo financeirizado e global, característicos do século XX e XXI, condicionado por certa obrigação moral orientada pela universalização de um comportamento econômico legitimado pelos Estados modernos.

Não obstante, é importante esclarecer que o ponto de partida da Escola austríaca

Léon. **Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1986; JEVONS, William S. **A teoria da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

83 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

de economia é justamente uma crítica direcionada tanto à economia política clássica inglesa, sobretudo, a Adam Smith e David Ricardo, quanto a Karl Marx, e a defesa destes acerca da chamada teoria do valor-trabalho. Segundo Smith,⁸⁴ a teoria do valor-trabalho se daria a partir do reconhecimento de que a atividade econômica seria essencialmente coletiva, contando principalmente com o princípio da divisão do trabalho, que estabelece que o valor econômico de um produto, transformado em mercadoria, seria determinado pela quantidade de trabalho médio destinado a produzi-lo, incluindo, também os serviços realizados anteriormente a sua produção, a exemplo da extração da matéria-prima, produção e utilização de máquinas, etc. Desse modo, o preço de uma determinada mercadoria estaria condicionada a quantidade de trabalho nela colocada, sendo essa atividade laboral o único elemento que realmente geraria o seu valor.

84 Cf. SMITH, Adam. **A riqueza das nações...** *Op. cit.*

Contudo, a crítica proferida por Carl Menger,⁸⁵ economista austríaco conhecido como o precursor da Escola austríaca de economia, aos tributários da teoria do valor-trabalho, se daria justamente por sua crença na natureza subjetiva do valor. Segundo o autor,

o valor é algo subjetivo, não somente no que tange a sua natureza, como no tocante à medida de determinação do mesmo. Sempre e em toda a parte, os bens têm 'valor' para certos indivíduos, em relação a determinados indivíduos, e somente para tais indivíduos têm valor determinado. O valor que um bem possui para um indivíduo é igual à importância que tem para ele aquela necessidade (ou necessidades) cujo atendimento depende da disponibilidade do bem em questão. Não há nenhum nexo

85 Cf. MENGER, Carl. **Princípios de economia política...** *Op. cit.*

causal necessário e direto entre a medida do valor do bem em pauta e a quantidade maior ou menor (ou nula) de trabalho, ou de outros bens de ordem superior, que foi necessária para produzir o referido bem.⁸⁶

Historicamente as ciências modernas, tributárias das tradições racionalistas e oriundas do iluminismo, têm sido forjadas pelo viés positivista a partir da crença em leis universais e invariáveis que devem ser encontradas descontextualizadamente na realidade social através das mais distintas áreas deste saber legitimadas por certo poder supostamente cientificizado decorrente da fé na verdade, ou em certa verdade em que o livre comércio seria a instância mais adequada da ação humana utilizada na mediação e circulação de bens e serviços, conforme argumentou Murray Rothbard e,⁸⁷

86 MENGER, Carl. **Princípios de economia política...** *Op. cit.*, p. 94.

87 Cf. ROTHBARD, Murray. **Por uma nova liberdade...** *Op. cit.*

antes, o seu professor Ludwig Von Mises.⁸⁸ Desse modo, podemos tratar da disputa pela verdade em busca desse “real” do ponto de vista econômico através da agonística situada inicialmente entre duas forças conflitantes: a teoria do valor trabalho, apresentada inicialmente por Adam Smith e reiterada por Karl Marx,⁸⁹ e a teoria subjetiva do valor, exposta genuinamente por Carl Menger,⁹⁰ que foi reproduzida como princípio econômico fundamental por praticamente todos os tributários da chamada Escola austríaca de economia.

Um dos elementos mais importantes trazidos pela *praxeologia* apresentada por Mises se baseia exatamente naquilo que a antropologia historicamente passou a

88 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

89 Cf. SMITH, Adam. **A riqueza das nações...** *Op. cit.*; MARX, Karl. **O Capital...** *Op. cit.*

90 Cf. MENGER, Carl. **Princípios de economia política...** *Op. cit.*

problematizar e negar,⁹¹ mostrando que a natureza humana é variável na medida em que é produzida principalmente pelas culturas que formam as organizações sociais e suas visões não apenas de mundo, mas também de si. Nesse sentido, a noção de instinto é problematizada por boa parte das ciências sociais, sobretudo, das distintas escolas antropológicas que questionam sua universalidade amparada na governamentalização de certa natureza humana mercantilmente racionalizável que seria justamente o fundamento das premissas de Mises e demais autores da escola austríaca de economia.⁹²

Se pudéssemos interpretar tal comportamento como o resultado de ação propositada visando a determinados fins, poderíamos qualificá-lo como ação e lidar com ele de acordo com os métodos teleológicos

91 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

92 *Ibidem.*

da praxeologia. Mas como não encontramos nenhum vestígio de uma mente consciente por trás desse comportamento, supomos que um fator desconhecido – chamamo-lo instinto – o provocou. Dizemos que o instinto dirige este quase propositado comportamento animal, bem como, as respostas úteis, embora inconscientes, dos músculos e nervos do homem. Entretanto, o simples fato de hipostasiar o elemento inexplicado desse comportamento como uma força e chamá-lo de instinto, não aumenta nosso conhecimento. Não devemos esquecer que a palavra instinto é apenas um marco divisório que indica um ponto além do qual somos incapazes, pelo menos até o presente momento, de prosseguir com nossa investigação.⁹³

93 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*, p. 52.

Assim, embora rejeite o positivismo no campo da economia, Mises defende a tese de que a economia de livre comércio não seria apenas a instância mais sofisticada em relação aos demais sistemas econômicos planejados pelos governos,⁹⁴ como seria a base da própria existência civilizacional. Também é importante mencionar que o autor não apenas essencializa os sujeitos, na medida em que estabelece certa lei universal baseada em sua conduta e motivação, como também universaliza a ideia de que todas as ações humanas seriam racionalizáveis a partir de certa leitura etnocêntrica que nega a diversidade cultural, tão cara as análises antropológicas.

Essa leitura totalizante e utilitária trazida por Mises para tratar da natureza do comportamento humano e sua previsibilidade, que tem sido sustentada a partir de certa interpretação racionalista

94 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

operada unidimensionalmente,⁹⁵ estabelece que os seres humanos agiriam motivados exclusivamente pela busca por certos fins idealizados previamente por eles. Não obstante, se ponderarmos sobre as análises desenvolvidas por Max Weber acerca do que conceituou como ação social,⁹⁶ tratada, portanto, não apenas enquanto uma instância ontológica, mas como conceitos estabelecidos a partir da noção de tipo ideal, é possível verificar que essa ação humana, nos termos de Mises,⁹⁷ pode ser tratada em termos weberianos como ação social e, portanto, a ação racional referente à fins seria apenas um dos quatro tipos ideais de ação social apresentada pelo autor, enquanto conceitos que não existem em estado puro, justamente porque se reconhece a complexidade e a impossibilidade de capturar a realidade

95 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

96 Cf. WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** v. 1. Brasília: Ed. UnB, 1991.

97 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

em seu estado puro, conforme sustentou Immanuel Kant.⁹⁸

Dessa forma, enquanto Mises argumentava que todas as condutas realizadas pelos sujeitos poderiam ser apreendidas através da utilização de seu método chamado de *praxeologia*,⁹⁹ como se as ações humanas se amparassem exclusivamente na racionalização encontrada nos fins que as motivaram, Weber constatou,¹⁰⁰ a partir de sua leitura kantiana, que não seria possível apreender em sua totalidade essas motivações exclusivamente por meio dos fins, tendo em vista que elas não são unidimensionais e, portanto, não existem em estado puro, mas apenas enquanto idealizações materializáveis por meio de conceitos, chamados por ele de tipos ideais. Sendo assim, a ação humana entendida em

98 Cf. KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

99 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

100 Cf. WEBER, Max. **Economia e Sociedade...** *Op. cit.*

termos praxeológicos decorrentes do encontro dos fins que motivaram as condutas de certo sujeito histórico, conforme sustentou Mises,¹⁰¹ poderia ser entendida em termos sociológicos através das análises de Weber como ação racional referentes a fins ou mesmo a valores.¹⁰²

Age de maneira racional referente a fins quem orienta sua ação pelos fins, meios e conseqüências secundárias, *ponderando* racionalmente tanto os meios em relação às conseqüências secundárias, assim como os diferentes fins possíveis entre si: isto é, quem não age nem de modo afetivo (e particularmente não-emocional) nem de modo tradicional. A decisão entre fins e conseqüências concorrentes e incompatíveis, por sua vez, pode ser orientada

101 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

102 Cf. WEBER, Max. **Economia e Sociedade...** *Op. cit.*

racionalmente com referência a valores: nesse caso, a ação só é racional com referência a fins no que se refere aos meios. Ou também o agente, sem orientação racional com referência a valores, na forma de ‘mandamentos’ ou ‘exigências’, pode simplesmente aceitar os fins concorrentes e incompatíveis como necessidades subjetivamente dadas e colocá-los numa escala segundo sua urgência conscientemente ponderada, orientando sua ação por essa escala, de modo que as necessidades possam ser satisfeitas nessa ordem estabelecida (princípio da utilidade marginal. A orientação racional referente a valores pode, portanto, estar em relações muito diversas com a orientação racional referente a fins. Do ponto de vista da racionalidade referente a fins, entretanto,

a racionalidade referente a valores terá sempre caráter *irracional*, e tanto mais quanto mais eleve o valor pelo qual se orienta um valor absoluto; pois quanto mais considere o valor *próprio* da ação (atitude moral pura, beleza, bondade absoluta, cumprimento absoluto dos deveres) tanto menos refletirá as consequências dessa ação. Mas, a racionalidade *absoluta* referente a fins é essencialmente um caso-limite construído.¹⁰³

Todavia, é importante salientar que, segundo Weber,¹⁰⁴ existem outras duas demais ações sociais, além das ações racionais referentes a fins e a valores, a saber, ação tradicional e afetiva, e elas não existem em estado puro, mas apenas nas idealizações capturadas pelo observador. Portanto, essa suposta novidade apresentada por Mises não apenas acerca do que

103 WEBER, Max. **Economia e Sociedade...** *Op. cit.*, p. 16.

104 Cf. *Ibidem*.

chamou de ação humana,¹⁰⁵ mas, sobretudo, do método desenvolvido por ele, chamado de *praxeologia*, se apresenta objetivamente como um procedimento universalizante que visa associar quaisquer atividades sociais enquanto condutas econômicas, estabelecidas através de certa arbitrariedade construída a partir de uma leitura idealizada e reducionista das atividades humanas e seus desdobramentos interpretativos.

Os ensinamentos da praxeologia e da economia são válidos para qualquer ação humana, independentemente de seus motivos, causas ou objetivos subjacentes. Os julgamentos finais de valor e os objetivos finais da ação humana são dados para qualquer tipo de investigação científica; não são passíveis de maior análise. A praxeologia lida com os meios e recursos escolhidos para a obtenção de tais objetivos

105 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

finais. Seu objeto são os meios, não os fins. É neste sentido que nos referimos ao subjetivismo da ciência geral da ação humana. Esta ciência considera os objetivos finais escolhidos pelo agente homem como dados, é inteiramente neutra em relação a eles e se abstém de fazer julgamentos de valor. O único padrão que utiliza é o de procurar saber se os meios escolhidos para a obtenção dos fins pretendidos são ou não os mais adequados. Se o eudemonismo fala em felicidade, se o utilitarismo e a economia falam em utilidade, devemos interpretar estes termos subjetivamente, como sendo aquilo que o agente homem procura obter porque, a seu juízo, considera desejável. É neste formalismo que consiste o progresso do significado moderno do eudemonismo, do hedonismo e do utilitarismo, contrapondo-se ao seu antigo

significado materialista, bem como o progresso da moderna teoria subjetivista de valor, que contrasta com a teoria objetivista de valor como é interpretada pela economia política clássica. Ao mesmo tempo, é neste subjetivismo que se assenta a objetividade da nossa ciência. Por ser subjetivista e considerar os julgamentos de valor do agente homem como dados irreduzíveis não passíveis de qualquer outro exame crítico, coloca-se acima de disputas de partidos e facções, é indiferente aos conflitos de todas as escolas de dogmatismo ou doutrinas éticas, é livre de valorações e de ideias ou julgamentos preconcebidos, é universalmente válida e absoluta e simplesmente humana.¹⁰⁶

Nesse sentido, mesmo criticando o positivismo e sua busca por leis universais e

106 MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*, p. 46 *et seq.*

invariáveis que regem as distintas sociedades, é possível localizar na *praxeologia* apresentada por Mises certa busca pela utilização de um método que propõe tratar das ações humanas de uma maneira não apenas totalizante,¹⁰⁷ mas totalitária, uma vez que podemos encontrar fragilidades não apenas na pretensão em construir um método que presuma dar conta das distintas motivações das condutas humanas em quaisquer sociedades, como também se fundamenta em uma premissa que, desde o século XIX, passou a ser questionada por grande parte das tradições teóricas da antropologia social, na medida em que ao enfatizar a existência do instinto no contexto da ação humana, Mises acabou por negligenciar o peso das distintas culturas, e conseqüentemente de suas cosmologias,¹⁰⁸ na produção dos valores que orientam as distintas condutas das mais variadas civilizações existentes em nosso planeta.

107 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

108 *Ibidem.*

Um dos aspectos mais nítidos das universalizações e generalizações trazidas pelos escritos desse autor pode ser localizado na essencialização do sujeito encontrado nas sociedades de livre comércio que seria, segundo ele, o consumidor. Essa abordagem nos mostra que sua visão de mundo se fundamenta exclusivamente em um enfoque amparado em certa racionalidade mercantil e, sobretudo, utilitária, como se só houvesse uma única forma de se comportar economicamente em um contexto capitalístico.

O fato é que, no sistema capitalista, os chefes, em última instância, são os consumidores. Não é o estado, é o povo que é soberano. Prova disto é o fato de que lhe assiste o *direito de ser tolo*. Esse é o privilégio do soberano. Assiste-lhe o direito de cometer erros: ninguém o pode impedir de cometê-los, embora, obviamente, deva pagar por eles. Quando

afirmamos que o consumidor é supremo ou soberano, não estamos afirmando que está livre de erros, que sempre sabe o que melhor lhe conviria. Muitas vezes, os consumidores compram ou consomem artigos que não deveriam comprar ou consumir. Mas a ideia de que uma forma capitalista de governo pode impedir através de um controle sobre o que as pessoas consomem, que elas se prejudiquem, é falsa. A visão do governo como uma autoridade paternal, um guardião de todos, é própria dos adeptos do socialismo.¹⁰⁹

Entretanto, mesmo analisando as premissas trazidas por Mises acerca da ação humana também é imprescindível enfatizar a importância do texto de Carl Menger,¹¹⁰

109 MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*, p. 30.

110 *Ibidem*; MENGER, Carl. **Princípios de economia política...** *Op. cit.*

intitulado *Princípios de economia política*, que alterou toda a forma com a qual o valor das mercadorias e produtos eram tratadas, uma vez que reconheceu as limitações da teoria do valor trabalho elaborada por Adam Smith em sua obra *A riqueza das nações*,¹¹¹ que foi utilizada por Karl Marx em seu livro *O Capital* para desenvolver a sua noção de mais-valia,¹¹² utilizada para demonstrar como que em um contexto do capitalismo europeu do século XIX ocorre a expropriação do trabalho do proletariado por parte da burguesia. Assim, enquanto Smith e Marx se posicionavam como tributários do princípio do valor-trabalho,¹¹³ acreditando que o valor econômico de um determinado produto era estabelecido pela quantidade de trabalho empregado em média para produzir determinada mercadoria, Menger

111 Cf. SMITH, Adam. **A riqueza das nações...** *Op. cit.*

112 Cf. MARX, Karl. **O Capital...** *Op. cit.*

113 Cf. SMITH, Adam. **A riqueza das nações...** *Op. cit.*; MARX, Karl. **O Capital...** *Op. cit.*

argumentava que esse valor possuía naturezas inteiramente subjetivas.¹¹⁴

Ao falarmos da natureza do valor, já dissemos que o valor não é algo inerente aos bens; não é a propriedade dos mesmos, e muito menos uma coisa subsistente em si própria; vimos também que um bem pode ter valor para um indivíduo e não ter valor algum para outro, quando em outras circunstâncias. Ocorre que também a medida para se determinar o valor é de natureza inteiramente subjetiva; por conseguinte, de acordo com a diferença existente entre a demanda e a quantidade disponível, determinado bem pode ter grande valor para um indivíduo, valor pequeno para outro, e nenhum valor para um terceiro. O que um despreza é o alvo de procura por parte

114 Cf. MENGER, Carl. **Princípios de economia política...** *Op. cit.*

do outro; e enquanto para determinado indivíduo o valor de certa quantidade de um bem é equivalente a uma quantidade maior de outro bem, para outro indivíduo, não raro, acontece exatamente o oposto.¹¹⁵

Não obstante, a mesma crítica de Menger à Karl Marx,¹¹⁶ amparada em certa fragilidade acerca da universalização do valor por meio da teoria do valor trabalho, inaugurada com Adam Smith,¹¹⁷ é passível de ser questionada não necessariamente através de um viés marxiano ou mesmo marxista, mas a partir de uma perspectiva epistemológica de viés anarquista, conforme mostrou Feyerabend,¹¹⁸ sobretudo, quando tratada dentro de uma perspectiva

115 MENGER, Carl. **Princípios de economia política...** *Op. cit.*, p. 94.

116 *Ibidem*; MARX, Karl. **O Capital...** *Op. cit.*

117 Cf. SMITH, Adam. **A riqueza das nações...** *Op. cit.*

118 Cf. FEYERABEND, Paul. **Contra o método...** *Op. cit.*

cosmológica, segundo mostrou Descola.¹¹⁹ Pois, acreditar que quaisquer dimensões da vida são passíveis de serem capturadas por meio da inteligibilidade humana através do encontro de leis universais que atuariam de forma similar em quaisquer lugares do planeta é algo típico das tradições positivistas que não buscam verificar a diversidade de formas organizacionais existentes conforme opera historicamente a antropologia social, mas, ao contrário, buscam padronizar essas formas na medida em que creem na eficiência e eficácia do mercado enquanto principal instância racional da ação humana, conforme argumenta Mises.¹²⁰

Creio que um autor que nos permite questionar veementemente essa leitura positivista da ciência, situada a partir da relação problemática entre refutação/ confirmação que nega todo o processo

119 Cf. DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas...** *Op. cit.*

120 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

de desenvolvimento dos saberes em suas articulações, possa ser encontrada no texto “*O universo inacabado*” do astrônomo brasileiro Mario Novello,¹²¹ que corajosamente argumentou que vivemos em um universo onde as leis da física estão em formação. Esse argumento coloca em xeque todas as demais verdades fundamentadas nessa leitura positivista de ciência que visa encontrar leis universais invariáveis no intuito de afirmá-las como verdades objetivas inquestionáveis. O curioso é que a certeza no campo da ciência podia ser encontrada de maneira legítima nas ciências exatas e principalmente na física. Mas, ao questionar, por exemplo, a lei da gravidade como um princípio universal, o autor mostra que ela só funciona no contexto do planeta terra, promovendo, portanto, certa necessidade de se contextualizar o objeto de análise. Assim, se a lei da gravidade é passível de questionamentos no campo da

121 Cf. NOVELLO, Mario. **O universo inacabado**: a nova face da ciência. São Paulo: Ed. N-1, 2018.

física, a economia seria isenta deste tipo de crítica? Cremos que não.

Essas leituras baseadas na legitimação de verdades inquestionáveis encontradas nas leis que supostamente regem invariavelmente a sociedade, como a economia, não apenas se apresentam dentro de um quadro etnocêntrico, na medida em que a lente utilizada para tratar da realidade social se dá a partir de uma busca unitária, utilitária, totalizante e totalitária que vê nas ações humanas apenas um viés ou uma racionalidade mercantil, em que tudo o que é visto é passível de ser tratado como mercadoria ou serviço; como reitera um espaço de disputa pela verdade que tem na noção de refutação a pretensão de desqualificar aqueles saberes que historicamente potencializaram o aparecimento dessa informação que passou operar como verdade legítima no campo científico.

Assim, essa leitura etnocêntrica trazida por um viés econômico decorrente da escola

econômica marginalista inaugurada com Menger pode ser contraposta por certo relativismo encontrado em abordagens que escapam ao antropocentrismo ocidêntico,¹²² na medida em que tratam dos recursos naturais apenas como mercadorias, negligenciando não apenas as distintas formas de organização social e econômica que escapam aos aspectos mercantis e industriais, mas, sobretudo, descurando os impactos ambientais em detrimento de ganhos exclusivamente econômicos, conforme mostrou Gudynas ao enfatizar o biocentrismo e o cuidado com a *pachamama*.¹²³ Desse modo, a abordagem que estamos chamando de pós-anarquista e anti-colonial se dá justamente porque o anarquismo que tomamos como ponto de partida para as nossas análises se situa muito mais em uma perspectiva epistemológica encontrada em autores pós-estruturalistas

122 Cf. MENGER, Carl. **Princípios de economia política...** *Op. cit.*

123 Cf. GUDYNAS, Eduardo. **Derechos de la naturaleza.** Buenos Aires: Ed. Tinta Limón, 2015.

como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Suely Rolnik, dentre outros, como também na epistemologia apresentada por Paul Feyerabend, considerando os saberes e as observações de autores que questionam as mais distintas formas de colonização, que inclusive incidem sob nós no campo acadêmico através do condicionamento de leituras de autores do hemisfério norte.

Nesse sentido, uma epistemologia anarquista tratada concomitantemente com certo viés da antropologia política e econômica nos permite verificar que tanto as leituras de Menger, Mises e Rothbard ainda estão situadas em uma perspectiva exclusivamente econômica,¹²⁴ que deixa de lado um elemento fundamental das ciências no século XXI, que é a inter/transdisciplinariedade, ou seja, um olhar mais complexo acerca de realidade social, política

124 Cf. MENGER, Carl. Princípios de economia política... *Op. cit*; MISES, Ludwig Von. **As seis lições...** *Op. cit*; *Idem*. **Ação humana...** *Op. cit*; ROTHBARD, Murray. **Por uma nova liberdade...** *Op. cit*.

e econômica, bem como os seus impactos, sobretudo, ambientais. Obviamente, que quando estavam desenvolvendo suas análises econômicas, os precursores da escola austríaca de economia não estavam preocupados com o impacto ambiental decorrente de suas análises e propostas econômicas, inclusive, porque não havia possibilidade de verificar o ímpeto destas escolhas. Não obstante, hoje não apenas conseguimos verificar estas forças destruidoras da *pachamama*, como sabemos que a nossa existência dependerá da forma com a qual trataremos dela de agora em diante.

A proposta epistemológica trazida por Paul Feyerabend a partir de um viés anarquista coloca em xeque as demais tradições precedentes amparadas em certa perspectiva positivista,¹²⁵ caracterizada pela crença na ciência enquanto instância de legitimidade encontrada através de leis universais que invariavelmente governariam

125 Cf. FEYERABEND, Paul. **Contra o método...** *Op. cit.*

as nossas verdades. Contudo, sabemos que, desde os escritos de Nietzsche acerca da noção de genealogia,¹²⁶ a verdade passou a ser tratada como o resultado do embate de forças que se encontram a partir daquilo que chamou de agonística, em que a força vencedora desta luta passa a dar legitimidade para aquele discurso vitorioso. Mas, isso não quer dizer que não exista uma verdade objetiva. O que as análises nietzscheanas nos mostram é que essa verdade objetiva nem sempre é aquela que vence a agonística, ou em termos foucaultianos, nem sempre o discurso que vence o embate de forças travadas por meio da relação genealógica entre saber/poder seria uma verdade objetiva, mesmo alcançando a condição de verdade, ainda que provisória.

Chamaremos, se quiserem, de ‘genealogia’ o acoplamento dos conhecimentos eruditos e memórias locais, acoplamento

126 Cf. NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2017.

que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais. Será essa, portanto, a definição provisória dessas genealogias que tentei fazer com vocês nos últimos anos. Nessa atividade, que se pode, pois, dizer genealógica, vocês veem que, na verdade, não se trata de forma alguma de opor à unidade abstrata da teoria a multiplicidade concreta dos fatos; não se trata de forma alguma de desqualificar o especulativo para lhe opor, na forma de um cientificismo qualquer, o rigor dos conhecimentos bem estabelecidos. Portanto, não é um empirismo que perpassa o projeto genealógico; não é tampouco um positivismo, no sentido comum do termo, que o segue. Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não

legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquiza-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de direitos de uma ciência que seria postulada por alguns. As genealogias não são, portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata. As genealogias são, muito exatamente, anticiências. Não que elas reivindiquem o direito lírico à ignorância e ao não saber, não que se tratasse da recusa de saber ou do pôr em jogo, do pôr em destaque os prestígios de uma experiência imediata, ainda não captada pelo saber. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso

científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. E se essa institucionalização do discurso científico toma corpo numa rede teórico-comercial como a psicanálise, ou num aparelho político, com todas as suas aferências, como no caso do marxismo, no fundo pouco importa. É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate.¹²⁷

A tentativa de desqualificar saberes que escapam à racionalidade ocidental amparada em certa idealização, ou se preferir, caricaturização da democracia grega, direito romano, valores judaico-cristãos e economia de mercado, pode ser encontrada nos escritos de Pierre Clastres acerca da desqualificação das distintas formas organizacionais relacionadas a partir daquilo que chamou de sociedades

127 FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade...** *Op. cit.*, p. 9 *et seq.*

incompletas,¹²⁸ justamente porque dentro de certa universalização de modelos sociais, estas se fundamentariam em faltas: falta de escrita, falta de história, falta de Estado, etc., justamente porque suas narrativas e formas de interação social, política e econômica escapam aos formatos ocidentais.

Essa hierarquia social totalizante e totalitária tipicamente encontrada nos precursores da antropologia evolucionista parece também ser defendida pela Escola austríaca de economia, atingindo não apenas o campo político, conforme mostrou Clastres,¹²⁹ mas também a economia, assim como relatou Mauss,¹³⁰ na medida em que revela o olhar colonizador do europeu de ao menos três séculos atrás que não apenas conquistou o território, mas buscou governamentalizar a população do hemisfério sul a partir de

128 Cf. CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado...** *Op. cit.*

129 *Ibidem.*

130 Cf. MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia...** *Op. cit.*; *Idem. Ensaio sobre a dádiva...* *Op. cit.*

um viés utilitário e mercantil, fazendo-nos acreditar que tudo o que está a nossa volta é passível de ser convertido em produto, mercadoria e, conseqüentemente, em riqueza, independente dos efeitos que isso produza não apenas nas relações sociais, mas também no meio ambiente. Assim, é exatamente em decorrência dessa adesão utilitária tratada sempre em termos de ganhos, conforme mostrou Foucault ao apresentar o sujeito da nossa época,¹³¹ o *homo oeconomicus*, que a negligência com os impactos ambientais passou a regra, justamente porque a Prudência (*P*) tomou de assalto a Solidariedade (*S*), assim como a política o fez com a economia e a alteridade com a austeridade.

A partir do momento em que nos habituamos a representar a natureza como um todo, ela se torna, por assim dizer, um grande relógio, do qual podemos desmontar o mecanismo e cujas peças e engrenagem podemos

131 Cf. FOUCAULT, Michel. **Segurança...** *Op. cit.*

aperfeiçoar. Na realidade, essa imagem começou a ganhar corpo relativamente tarde, a partir do século XVII, na Europa. Esse movimento, além de tardio na história da humanidade, só se produziu uma única vez. Para reformular uma fórmula muito conhecida de Descartes, a quem fiz referência há pouco, o homem se fez então 'mestre e senhor da natureza'. Resultou daí um extraordinário desenvolvimento das ciências e das técnicas, mas também a exploração desenfreada de uma natureza composta, a partir de então, do objetos sem ligação com os humanos: plantas, animais, terras, águas e rochas convertidas em meros recursos que podem usar e dos quais podemos tirar proveito. Naquela altura, a natureza havia perdido a sua alma e nada mais nos impedia de vê-la unicamente como fonte de riqueza.¹³²

132 DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas...** *Op.*

Não obstante, a crença inquestionável na condição de soberania do sujeito em uma sociedade de livre mercado associado a sua qualidade de consumidor, conforme sustenta Mises,¹³³ nos leva a negligenciar todas aquelas questões que escapam aos possíveis ganhos financeiros, a exemplo da intensificação das desigualdades sociais, da descaracterização das cosmologias dos povos originários e até mesmo acerca dos impactos ambientais. Pois, se sou um investidor, quero investir dinheiro em ações de uma empresa buscando apenas o retorno financeiro deste investimento, justamente porque esse passa a ser o único interesse e a motivação exclusiva das pessoas. Desse modo, se comprei ações da empresa Vale do Rio Doce, por exemplo, a minha preocupação com o impacto ambiental ocorrido não apenas em Mariana/MG,¹³⁴ mas

cit., p. 23.

133 Cf. MISES, Ludwig Von. **As seis lições...** *Op. cit.*

134 Cf. MENDONÇA, Heloísa. Vale se esquivava de responsabilidade em Mariana e promete

também, após três anos, em Brumadinho/MG,¹³⁵ acaba sendo mínima ou mesmo inexistente, tendo e vista que a motivação passa a ser orientada exclusivamente pelo retorno financeiro e a busca por riqueza.

Todavia, é imprescindível reconhecer que toda essa destruição ambiental decorrente da vigência de uma racionalidade utilitária que opera por meio da governamentalização de uma vida financeirizada, engendrando um verdadeiro ecocídio¹³⁶ no Brasil nesses últimos

fundo para rio. *El País*, 27 nov. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/27/politica/1448658836_514325.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

135 Cf. PASSARINHO, Nathalia. Tragédia com barragem da Vale em Brumadinho pode ser a pior no mundo em 3 décadas. *BBC News Brasil em Londres*, 29 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47034499>>. Acesso em: abr. 2019.

136 Segundo Cesarman, ecocídio significa a destruição da nossa terra. Cf. CESARMAN, Fernando. **Ecocídio: la destrucción del medio ambiente**. México: Editorial Joaquín Mortiz, 1972, p. 12 *et seq.* Toda a conduta que altera as situações ideais do nosso meio ambiente, é uma manifestação de impulsos ecocídicos.

cinco anos,¹³⁷ não aparece como preocupação nem da Escola austríaca de economia, muito menos dos seus tributários. Entretanto, como os autores dessa tradição econômica viveram em um contexto precedente à verificação, reconhecimento e, sobretudo, difusão dos eventuais impactos proporcionados pelo chamado antropoceno,¹³⁸ os conflitos

O único modo de evitar o desastre ecológico que nos ameaça é reconhecendo nossos impulsos ecocídicos, nos dando conta de suas expressões diretas e seus múltiplos disfarces. Muitos estudos do problema ecológico nos dizem que devemos ter consciência de nossa atitude destrutiva ao meio, mas não nos responsabilizam a cada um de nós. O uso da teoria analítica nos evidencia o processo psicológico do ecocídio e nos obriga a pensar nos impulsos destrutivos em cada um de nós, ajudando-nos a encontrar soluções básicas, ao compreender o problema na profundidade da psicologia individual.

137 Cf. BIAZON, Tássia. O desastre ambiental: cientistas analisam os impactos ambientais, entre os quais os resultantes da devastação de ecossistemas. **Jornal da Unicamp**, 12 set. 2018. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/12/o-desastre-ambiental>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

138 O termo antropoceno foi cunhado pelo professor de biologia da Universidade de Michigan

produzidos pelo livre comércio sob o meio ambiente e as populações originárias se tornam imprecisos de serem analisados naquela época, tendo em vista que essa não era uma preocupação destes que consideravam a natureza inesgotável, crendo, inclusive, que a ação humana, conforme sustentava Mises,¹³⁹ deveria se amparar na busca implacável dos sujeitos por formas de ganho a partir

e especialista em pesquisas sobre água doce, Eugene Stoermer, mas que passou a ser popularizado pelo professor de química do Instituto Max Planck que recebeu o prêmio Nobel de química em 1995, Paul Crutzen. Desse modo, antropoceno seria um termo utilizado para tratar do momento em que as atividades humanas começaram a incidir diretamente no meio ambiente, produzindo alterações consideráveis e irreversíveis no clima do planeta terra, modificando conseqüentemente os seus ecossistemas. Além disso, antropoceno também é reconhecido e classificado como um novo período ou Era geológica reconhecida no campo acadêmico internacional, justamente porque são inúmeras as evidências que nos mostram os efeitos da intervenção humana no planeta e em seus mais distintos ecossistemas.

139 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

de uma visão de mundo que só enxerga na natureza possibilidades de sua destruição em detrimento da busca pela ampliação da riqueza, tendo em vista que em uma sociedade de livre mercado, o consumidor seria o chefe, conforme sugere Mises.¹⁴⁰

Contudo, acreditamos que, em pleno século XXI, devêssemos escutar não apenas o que os povos originários têm a os dizer acerca do ecocídio, mas, sobretudo, o que a maior parte da comunidade científica internacional tem ponderado acerca dos impactos ambientais iniciados com mais veemência a partir do processo de industrialização em nível internacional inaugurado com a chamada Revolução Industrial poucos séculos atrás e seus efeitos no meio ambiente desdobrados na contemporaneidade a partir da intervenção humana jamais vista nas histórias das civilizações das quais temos conhecimento.

140 Cf. MISES, Ludwig Von. **Ação humana...** *Op. cit.*

Portanto, negligenciar os impactos ambientais produzidos pelo antropoceno em detrimento da busca exclusiva pela obtenção de ganhos econômicos e riqueza por meio da crença no livre comércio é agir de maneira irresponsável, tendo em vista a impossibilidade de verificar precisamente a intensidade e veemência destas mudanças em vários níveis da vida cotidiana, conforme a literatura científica nos tem mostrado desde a segunda metade do século XX.

Não obstante, esse debate circunscrito por uma agonística que coloca, de um lado, uma cosmologia ocidentista e utilitária, encontrada nas distintas tradições liberais e/ou neoliberais que reverberam aquilo que Mbembe chamou de razão mercantilista - justamente porque “considera o mundo, acima de tudo, como um mercado ilimitado, um espaço de livre concorrência e de livre circulação”-,¹⁴¹ a exemplo dos autores da

141 MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: Ed. N-1, 2018, p. 146.

chamada Escola austríaca de economia, objeto dessa nossa análise, assim como também de grande parte daqueles que se colocam como tributários da Escola econômica de Chicago, e de outro, uma cosmologia biocêntrica em que a *dádiva* e o *dom* são elementos fundamentais para garantir a preservação da *pachamama*, trazidos pela perspectiva dos povos originários ameríndios; pode ser muito bem elucidado em meio a discussão realizada no dia 12 de abril de 2019 na comissão de Direitos Humanos do Senado Federal que tratava de uma audiência pública sobre o acesso à saúde para os povos indígenas.

Naquela ocasião,¹⁴² a Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) fez afirmações que evidenciam essa cosmologia ocidentista e utilitária, enquanto Sonia Guajajara,

142 DAMÁSIO, Kevin. Desmatamento na Amazônia dispara e futuro da floresta está ameaçado. Entenda os motivos. **National Geographic**, 14 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/02/lama-toxica-poluicao-barragem-fundao-samarco-mariana-abrolhos>>.

que representava a Articulação dos Povos Indígenas no Brasil, defendeu uma abordagem amparada naquilo que podemos chamar de cosmologia biocêntrica ameríndia, conforme segue a transcrição abaixo:

senadora Sonia Thronicke (PSL-MS): O que eu achei bacana nesse governo é respeitar minorias e nós temos o Ministério da mulher, coisa que não tínhamos [...] Outra questão [...] Os povos indígenas hoje têm em torno de treze por cento do território nacional, treze por cento! A área nossa agricultável e que é utilizada é de sete por cento, segundo o mapa, né? O mapa! Tem dinheiro destinado em política pública destinada e por que que eles continuam miseráveis? Por que que eles continuam miseráveis com treze por cento do território nacional, quando nós utilizamos sete por cento? [...] A terra não é de vocês! A terra é da União! Quem usa o

índio, né? Quem usa o índio? Porque o índio era para tá muito bem! Mas, quem que fez isso com os índios? Os próprios índios? Então a gente quer saber quem tá fazendo? Quem fez isso com os índios? Cadê, né? Por que essa política dessa forma? Então? É... Enfim!

Sonia Guajajara: Mas, assim infelizmente não dá para a gente escutar aqui [...] Sabe? Também dos parlamentares dessa casa [...] de chegar aqui, empregar a sua visão racista, alienada, preconceituosa contra nós e a gente ficar calados! porque a sua fala Senadora, a sua fala aqui retrata muito bem o pensamento mesmo que tem esse setor ruralista que compõem a câmara e o Senado, que querem a qualquer custo, a qualquer custo, flexibilizar a legislação ambiental para poder explorar os territórios! A visão que você tem de terra é muito diferente da visão

que a gente tem! Não dá para você olhar para nós povos indígenas e pensar que a gente tem o mesmo entendimento de território como o seu, que é de exploração, destruição, pensando em lucro, pensando em dinheiro! Não é esse entendimento nosso. Para nós, o território é sagrado. Nós precisamos dele para nós existir e vocês olham para terra indígena e chama de terra improdutiva. Nós chamamos isso de vida! O mundo inteiro tá preocupado com aquecimento global, o mundo inteiro tá discutindo efeito das mudanças climáticas, o mundo inteiro tá pensando formas de reduzir a emissão de gás carbônico para poder garantir que a gente tenha um equilíbrio do clima. E aqui no Brasil, é bem mesmo a cara desse governo truculento, de querer o tempo todo, aqui agora, autorizar a entrega desses territórios

para exploração porque não pensa, não pensa na vida só pensa em dinheiro só pensa em lucro! É uma ganância para atender o capitalismo! Nós não! Nós defendemos a vida, nós defendemos nossa identidade e nós vamos derramar até a última sangue, a última gota de sangue para defender (outros) territórios para garantir a existência de nossos povos! Nós não vamos entregar isso fácil para essa ganância do agronegócio. Você não pode dizer que nós já temos treze por cento, tá bom? Não tá! Nós temos gente no nordeste que tá lá na beira da estrada em retomadas porque as suas terras foram entregue para fazendeiros no período da ditadura! Foi entregue pelo Estado! Os territórios indígenas hoje regularizados não são nossos mesmo, não são nosso! É da União sim! Mas, é usufruto exclusivo dos

povos indígenas. E nós temos essa responsabilidade de zelar. Não porque é obrigatório, mas por que é a nossa relação que naturalmente é essa. É sustentabilidade, é uso sustentável porque há respeito com a mãe natureza. A gente respeita e a terra tá gritando! A terra tá pedindo socorro e você não tá escutando. Vocês não estão vendo os sinais das chuvas, das secas, dos vulcões, dos furacões. Vocês não tão vendo! Se continuar com essa ganância de explorar, de entregar pro agronegócio, o próprio planeta não aguenta mais por 50 anos. Isso tá provado! E aí vem o governo aqui com o ministro das relações exteriores dizer que é uma questão de Marxismo, que território indígena é ideologia... vamos parar com isso gente! Vamos parar! Se vocês não querem enxergar, não querem respeitar, assumam que não

respeitam! Não fiquem fazendo de conta que gosta de índio, que é amiguinho de índio, como a Damares diz: ‘O índio é irmão’; Bolsonaro diz: ‘Eu sou irmão do índio’. Que irmão é esse que quer ver o fim, que quer matar, que quer tirar o seu direito de existir? Não pode! Vocês tem que pensar, acabar com essa alienação de vocês de olhar a terra apenas como preço, como um valor mensurável por dinheiro e olhar que a terra hoje, o meio ambiente é o que garante a vida de todo mundo! Pensa na chuva, nas águas que tá lá, que nós estamos preservando para nossa própria vida! Nessa disputa que a gente trava com vocês lá no campo porque vocês ficam o tempo todo querendo manter ali seus negócios, suas monoculturas, seu agronegócio, em detrimento da vida dos povos indígenas! Nós vamos lutar sim! Vai morrer muito vai!

São cinco séculos. Eram muito mais de cinco milhões lá em mil e quinhentos. Hoje somos um milhão. Já morreu muito. Vai morrer muito mais, mas a gente não vai recuar. Não vamos dsistir! Vamos enfrentar com todas as nossas forças e a saúde indígena, né? Vai sim permanecer com esse subsistema próprio, porque nós estamos lutando por isso. Porque a intenção do governo era colocar como um departamento dentro de uma outra secretaria que ainda vai ser criada! Porque que não pergunta pra nós como é que a gente quer ser atendido? Você fala que nós somos miseráveis! Estamos nessa situação porque a escolha é nossa. A gente quer ter o território para a gente continuar com nosso modo de vida... eu comecei a minha fala aqui dizendo que o Brasil não pode adotar um padrão único de vida para todo mundo. Tem

que respeitar a diversidade, tem que respeitar os modos de vida, tem que respeitar os diferentes povos que tem nesse país. A gente tá lá sim na aldeia, no nossos territórios, por insistência nossa, por resistência nossa. Porque depender de vocês, a gente tava tudo expulso. Nem existia mais! Não tinha mais lugar pra a gente poder ter nossas aldeias e praticar rituais sagrados, que isso sim faz parte da nossa vida. Porque você tá na cidade, tem teu apartamento, tem tua mansão, não quer dizer que a gente quer isso também. Não, a gente quer o respeito aos nossos direitos territoriais que não são somente direitos constitucionais! Não é somente direito constitucional! Lá tá escrito, mas é um direito originário dos povos indígenas e a gente exige respeito também nessa plenário por esse entendimento aos nossos

modos de vida, a nossa vida,
aos nossos povos originários!
nós não vamos perder nossas
vida pro agronegócio!¹⁴³

Assim, para além do comprometimento da vida e da diversidade cultural encontrada nos povos originários, essa cosmologia utilitária ocidental encontrada, sobretudo, nos discursos daqueles que se colocam como tributários da Escola austríaca de economia, também encontramos efeitos nefastos do ponto de vista dos impactos ambientais. Desse modo, trazemos como exemplo do ecocídio decorrente dessa nova Era geológica chamada de antropoceno, a extinção em massa de animais marinhos sem precedentes na história, tendo em vista que o desaparecimento das maiores espécies, conforme apontam diversas pesquisa

143 Cf. REDAÇÃO. Sônia Guajajara desmonta discurso de senadora do PSL no Senado. **Rede Brasil Atual**, 12 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/04/sonia-guajajara-desmonta-discurso-de-senadora-do-psl-no-senado/>>

científicas, pode alterar significativamente os mares por milhões de anos.¹⁴⁴ A pesquisa organizada em 2007 pelos professores e pesquisadores Marcelo Passamani, da Universidade Federal de Lavras - UFL, e Sérgio Lucena Mendes, da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, intitulada *Espécies da fauna ameaçadas de extinção no Estado do Espírito Santo*, apresenta uma lista de animais em extinção, distribuída em distintos capítulos, evidenciando o alcance deste impacto ambiental.¹⁴⁵

Contudo, essa pesquisa foi realizada em um momento precedente aos desastres

144 Cf. SALAS, Javier. Oceanos estão enfrentando uma extinção em massa sem precedentes: desaparecimento das maiores espécies pode alterar os mares “por milhões de anos”. *El País*, 15 set. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/13/ciencia/1473762535_688014.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

145 Cf. PASSAMANI, Marcelo; MENDES, Sérgio Lucena (org.). **Espécies da fauna ameaçadas de extinção no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica – IPEMA, 2007.

ocorridos em Mariana/MG e Brumadinho/MG, diferentemente da pesquisa intitulada *Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*, organizada em 2016 pela professora Cristiana Losekann, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, e Bruno Milanez, da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, em que argumentam que a flexibilização das leis ambientais voltadas para a exploração de minério no Brasil e, principalmente, em Minas Gerais, esteve condicionada a interesses econômicos resultante não apenas da demanda por esses produtos extraídos da natureza, mas também foi fomentado pelo sistema financeiro a partir do comércio de ações dessas empresas que vislumbravam exclusivamente ganhos econômicos.

Desse modo, uma das grandes preocupações acerca dos impactos ambientais resultantes dos desastres ocorridos tanto em Mariana/MG quanto em Brumadinho/MG, não se trata apenas

de suas consequências na flora e fauna, bem como na cosmologia dos povos originários que ali viviam, a exemplo dos Krenak mas,¹⁴⁶ sobretudo, na qualidade da água de um dos maiores rios do Brasil, o Rio Doce, que foi completamente destruído pela quantidade de minérios que atravessou quase setecentos quilômetros de rio, abarcando inteiramente o Estado do Espírito Santo, até alcançar o Oceano Atlântico, comprometendo e contaminando drasticamente uma das maiores biodiversidades marinhas do planeta que é Abrolhos.¹⁴⁷

146 Cf. CANAL Futura. 1 Vídeo (13 min.). Krenak - Vivos na Natureza Morta A LAMA MATOU NOSSO RIO ep 01. **You Tube**, 22 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ng52AN3bml&t=60s>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

147 Cf. DAMÁSIO, Kevin. Lama tóxica da barragem de Mariana contaminou corais de Abrolhos, diz novo estudo. **National Geographic**, 21 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/02/lama-toxica-poluicao-barragem-fundao-samarco-mariana-abrolhos>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

Isso dito, apesar desses desastres ecológicos, é preciso reconhecer que, ao manter relações de cumplicidade e de interdependência com os habitantes não humanos do mundo, diversas civilizações que por muito tempo chamamos de ‘primitivas’ (o termo não é muito correto) souberam evitar a pilhagem inconsequente do planeta a que os ocidentais se entregaram a partir do século XIX. Quem sabe essas civilizações possam indicar uma saída para o impasse no qual nos encontramos agora. Elas jamais imaginaram que as fronteiras da humanidade coincidissem com os limites da espécie humana e, a exemplo dos achuar e dos cri, não hesitam em convidar ao coração de sua vida social a mais modesta das plantas, o mais humilde dos animais.¹⁴⁸

148 Cf. DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas...**

Nesse sentido, o problema da diminuição das reservas planetárias de água potável decorrente das intervenções humanas, característico dessa nossa Era geológica chamada de antropoceno, promovendo um verdadeiro ecocídio, também foi constatado pelo sociólogo alemão Welzer,¹⁴⁹ professor da Universidade Witten/Hardecke na Alemanha, poucos anos antes dos desastres ocorridos em Mariana/MG e Brumadinho/MG, quando argumenta que,

a América do Sul já está sendo atingida por problemas de diminuição das reservas de água do subsolo e pela formação de desertos. As derrubadas e queimadas que ocorrem nas florestas tropicais, independente das condições climáticas, com a consequente

Op. cit., p. 25.

149 Cf. WELZER, Harald. **A guerra da água**: por que mataremos e seremos mortos no século 21. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

erosão do solo, exercem aqui a função de agravamento dos efeitos das variações climáticas, o que, e seu conjunto, também significa a diminuição das espécies animais e vegetais. O perigo de inundações também afeta as regiões costeiras, do mesmo modo que em outras partes do mundo; as possibilidades de compensação e de defesa também aqui variam de acordo com os países atingidos.¹⁵⁰

Sendo assim, questionamos veementemente esse olhar utilitário que pode estar situado não apenas na Escola austríaca de economia e demais tributários do neoliberalismo ou das demais tradições neoliberais ou neoclássicas do ponto de vista econômico, como também achamos extremamente pertinente problematizarmos aquelas perspectivas mais à esquerda, situadas a partir de um olhar desenvolvimentista

150 WELZER, Harald. **A guerra da água...** *Op. cit.*, p. 60.

que ainda não reconheceu que a forma com a qual estamos vivendo baseada em um consumo desenfreado e irresponsável, que produz a partir da financeirização uma espécie de cegueira ambiental, que não se dá conta que o fundamental para a existência humana planetária não é o dinheiro, mas os recursos naturais.

Assim, trocar uma cosmologia marxista por outra marginalista, universalizando toda a possibilidade da diversidade organizacional do ponto de vista político e econômico, conforme a antropologia social tem mostrado a partir dos estudos de Mauss,¹⁵¹ não parece contraproducente, inclusive porque esse é um debate que ultrapassa os limites dos pólos políticos, uma vez que a existência planetária depende da perpetuação dos recursos naturais e não da financeirização da vida conforme a atual versão do capitalismo dos princípios do

151 Cf. MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia...** *Op. cit;* *Idem. Ensaio sobre a dádiva...* *Op. cit.*

século XXI nos faz acreditar. Desse modo, a busca pelos princípios mais adequados para tratar da economia política a partir dos pólos esquerda e direita não se apresenta de maneira precisa para tratar dessa questão que ultrapassa os limites da perspectiva utilitária, na medida em que se substitui uma instância totalizante por outra, ao invés de ampliar as potencialidades existenciais pensando outras possibilidades de dom e de dádiva trazidos pelas análises maussianas. Ou seja, ao invés de fomentarmos uma interação humana a partir do múltiplo e da diversidade, promovemos o unitário, o utilitário, o totalizante e o totalitário, independente dos impactos ambientais e da existência planetária. Tudo isso em nome de ganhos decorrentes de uma leitura econômica exclusivamente utilitária e tributária do livre comércio, conforme argumentam os integrantes da chamada escola austríaca de economia e daqueles que se colocam à esquerda, mas defendendo uma perspectiva desenvolvimentista, conforme

encontramos em trabalhos de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso.¹⁵²

152 Cf. FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1983; CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Referências

BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2017.

BIAZON, Tássia. O desastre ambiental: cientistas analisam os impactos ambientais, entre os quais os resultantes da devastação de ecossistemas. **Jornal da Unicamp**, 12 set. 2018. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/12/o-desastre-ambiental>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

CANAL Futura. 1 Vídeo (13 min.). Krenak - Vivos na Natureza Morta A LAMA MATOU NOSSO RIO ep 01. **You Tube**, 22 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ng52AN3bml&t=60s>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**.

Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.

CESARMAN, Fernando. **Ecocídio: la destrucción del medio ambiente**. México: Editorial Joaquín Mortiz, 1972.

CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2013.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Ed. 34, 2016.

FATTORELLI, Maria Lucia. Sistema da Dívida Pública: entenda como você é roubado. *In.*: SOUZA, Jessé; Rafael Valim (Coord.). **Resgatar o Brasil**. São Paulo: Ed. Boitempo/Contracorrente, 2018.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

GRAEBER, David. **Dívida: os primeiros 5.000**

anos. São Paulo: Ed. Três Estrelas, 2016.

GUDYNAS, Eduardo. **Derechos de la naturaleza**. Buenos Aires: Ed. Tinta Limón, 2015.

JEVONS, William S. **A teoria da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Ed. N-1, 2014.

LAZZARATO, Maurizio. **Governo do homem individual**. São Paulo: Ed. N-1, 2017.

LOSEKANN, Cristiana; MILANEZ, Bruno (org.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: Ed. N-1, 2018.

MCCLOSKEY, Deirdre. **Os pecados secretos da economia**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MENDONÇA, Heloísa. Vale se esquivar de responsabilidade em Mariana e promete fundo para rio. **El País**, 27 nov. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/27/politica/1448658836_514325.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988.

MISES, Ludwig Von. **As seis lições**. São Paulo: Ed. Instituto Ludwig Von Mises, 2009.

MISES, Ludwig Von. **Ação humana: um tratado de economia**. São Paulo: Ed. Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2017.

NOVELLO, Mario. **O universo inacabado: a nova face da ciência**. São Paulo: Ed. N-1, 2018.

PASSAMANI, Marcelo; MENDES, Sérgio Lucena

(org.). **Espécies da fauna ameaçadas de extinção no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica – IPEMA, 2007.

PASSARINHO, Nathalia. Tragédia com barragem da Vale em Brumadinho pode ser a pior no mundo em 3 décadas. **BBC News Brasil em Londres**, 29 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47034499>>. Acesso em: abr. 2019.

REDAÇÃO. Sônia Guajajara desmonta discurso de senadora do PSL no Senado. **Rede Brasil Atual**, 12 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/04/sonia-guajajara-desmonta-discurso-de-senadora-do-psl-no-senado/>>.

ROSA, Pablo O; REZENDE, Rafael A; MARTINS, Victória M. V. As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras. **Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses – NEP**, Curitiba, v. 04, n. 02, dez. 2018.

ROTHBARD, Murray. **Por uma nova liberdade: Manifesto libertário**. São Paulo: Ed. Instituto Ludwig Von Mises, 2013.

SALAS, Javier. Oceanos estão enfrentando

uma extinção em massa sem precedentes: desaparecimento das maiores espécies pode alterar os mares “por milhões de anos”. **El País**, 15 set. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/13/ciencia/1473762535_688014.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2012.

WALRAS, Léon. **Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1986.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. v. 1. Brasília: Ed. UnB, 1991.

WELZER, Harald. **A guerra da água: por que mataremos e seremos mortos no século 21**. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

Este impresso foi composto utilizando-se as
famílias tipográficas Miniom Pro.

É permitida a reprodução parcial desta obra,
desde que citada a fonte e que não seja para
qualquer fim comercial.



EDITORA MILFONTES